

# REVISTA DA CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

CONGREGAVIT NOS IN UNUM CHRISTI AMOR

Obrigado Pe. Irineu <i>Funcionários da CRB</i> .....	513
A Situação da CRB em Julho de 1959 <i>Relatório apresentado pelo Pe. Irineu Leopoldino de Sousa SDB</i> ....	517
Relações das Províncias com as Autoridades <i>Trabalho apresentado pela Irmã Eunice Maria da Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição</i> .....	537
Aspecto social do voto de pobreza <i>Pe. José M. Diez Alegria S.J.</i> .....	549
Rádio Aparecida e Catequese <i>Pe. Vitor Coelho de Almeida C.SsR</i> .....	553
<i>Declaração em Defesa da Educação</i> .....	557
Congregação do Espírito Santo <i>Pe. Paulo van de Zandt C.S.SP.</i> .....	559
<i>Departamento Canônico Jurídico</i> .....	565
<i>Relatório da CRB em Minas</i> .....	567
<i>Bibliografia</i> .....	575

COM APROVAÇÃO ECLESIASTICA

---

Propriedade da Conferência dos Religiosos do Brasil  
Av. Rio Branco, 131 - 9.º andar — Rio de Janeiro — Brasil  
Diretor Responsável: Pe. Tiago G. Cloin C.SsR.

## OBRIGADO PADRE IRINEU!

Foi quase ontem... mas um lustro já se passou. Lembramos com saudade dos primeiros dias que foram de dificuldades e sacrifícios de muita luta e noites mal dormidas.

Não se pode contar a história da CRB sem se lembrar da primeira máquina de escrever, adquirida com um empréstimo de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) de cada casa religiosa. Com a promessa de que o empréstimo seria saldado assim que fôsse possível... — e foi, dois meses depois! —

Quando V. R. planificando o método a ser adotado pelo Serviço de Procuradoria, mandou imprimir fichas de "Informações" fichas de "Arquivo" fichas de "Contabilidade", nós achávamos graça supondo desnecessário tanto "plano" para tão pouco. Mas Padre Irineu enxergava longe... E seu método racional de fichas, revolucionou os Ministérios. Fêz escola. Atualmente é "jurisprudência firmada". Os próprios funcionários ministeriais não vêm com bons olhos os pedidos de informações em cartões de protocolo. Preferem as fichas "tipo Padre Irineu"...

E aquêle escritório de 2 funcionários, com uma máquina de escrever comprada a prestação, cresceu em razão geométrica. Tôdas as manhãs perguntávamos uns aos outros, qual a novidade que Padre Irineu havia "bolado" e que deveríamos colocar em execução. Eram tantas... e tão oportunas. O Anuário dos Religiosos, que custou tantas noites mal dormidas. — Lembra-se da trombada com um bonde da Light às 2 horas da manhã, a caminho da tipografia quando V. R. cochilou ao volante? Isto depois de corrigir provas de 5.800 localidades brasileiras.

O Departamento de Estatística que tantas alegrias lhe deu, culminando com o êxito de Roma, quando as dedicadas Missionárias capitaneadas por Madre Conceição mostraram ao mundo em belíssimos gráficos, o que era o Brasil.

O Serviço de Viagens, que economizou milhões para os religiosos, tão explorados em sua boa-fé por agências inidôneas. Um telefonema, e a passagem era entregue na própria Casa religiosa, por preço especial, e o pagamento só no fim do mês quando o ecônomo terminasse o balanço da receita. "É muita

sôpa", dizia-nos certa vez, um capuchinho bem humorado...

O Serviço de Procuradoria moralizou e modificou o ambiente nos Ministérios. Procuradores que cobravam até 10% pelo processamento ineficiente de uma verba, fizeram um "corre-corre" tremendo com o êxodo da maioria das entidades, que preferiam serviço bom e barato. Estes procuradores que não mantinham correspondência com as instituições tiveram de fazê-la quando descobriram que o Serviço de Correspondência da CRB, dia a dia informava detalhadamente o andamento de suas verbas às entidades.

O Departamento Catequético, que formou tantas catequistas em vários pontos do país... Achávamos até maçante a insistência com que V. R. batia sempre nesta tecla da formação de catequistas. Hoje compreendemos o seu alcance.

A sede própria: que vitória para a CRB!... Quantos "experts" de negócios, quantos magnatas de indústria, gostariam de ter o tino comercial, a visão, o "reflexo" de como descobrir meios, de como fabricar recursos, para adquirir uma sede própria em plena Av. Rio Branco, no melhor ponto do Rio de Janeiro. Os funcionários comentavam: "a boca pequena" que se Padre Irineu não fosse Sacerdote seria um sério concorrente ao velho e hábil Conde Matarazzo, em matéria de finanças.

Quando um grupo de sacerdotes espanhóis e italianos chegou à sede da CRB e boqueabertos disseram que era magnífica, fabulosa, "piu bela del mondo", sentimo-nos orgulhosos e felizes, porque também nós havíamos lutado por este objetivo.

Serviços Diversos, fornecimentos de máquinas, móveis, financiamento de veículos e outras iniciativas, que ocupariam todo um número da Revista.

Mas, queremos em particular agradecer-lhe pelo que fez pelos funcionários da CRB. Por sua atenção especial, seu cuidado, em procurar resolver os nossos problemas. Quantas vezes interrompeu suas atividades em um assunto importante de interesse da Conferência, para ouvir o "chôro" de um funcionário suburbano que enfrentava os trens da Central, saindo de casa de madrugada para chegar pontualmente no escritório. O interesse de V. R. em atender colegas nossos por ocasião das explosões de Deodoro, dando toda a assistência possível e direta à família.

Funcionários que contraíram núpcias receberam o seu presente de casamento e sua orientação segura para as dificuldades de família nestes dias difíceis de vida tão cara. Sua preocupação em remunerar devidamente aos funcionários, especialmente aos casados, assistindo de perto a cada um, vivendo conosco nossos próprios problemas, o aumento da ônibus, o racionamento da banha.

Tudo isto, num ambiente de camaradagem, mas de respeito, de seriedade, de trabalho. O funcionário da CRB sempre esteve psicologicamente preparada para produzir o máximo e o melhor porque sempre trabalhou feliz. Quantas vezes dali o sinal de encerramento do expediente a maioria continuava até concluir o trabalho que estava em pauta. Quase todos os funcionários sempre iniciaram suas atividades antes do horário determinado. Isto graças ao "espírito de família" e a sua preocupação em não formar na CRB ambiente de "repartição pública".

É por isto, Padre Irineu, que prestamos nossa homenagem, nosso reconhecimento. Não nos será possível nunca pagar-lhe os benefícios que recebemos, mas como prova de nossa gratidão, prometemos-lhe empunhar com carinho, com a melhor de nossas forças esta bandeira desfraldada por V. R. e conservá-la sempre vitoriosa. Prometemos fazer tudo para que a CRB continue a "primeira do mundo" como disseram aquêles missionários, por que tudo o que fizemos pela Conferência estamos fazendo por V. R. já que ambos se identificam numa só pessoa num só ideal.

Prometemos continuar com o mesmo espírito de família, com a mesma disposição, esta obra que faz parte de sua vida.

E quando estiver em sua nova casa, metodizando, racionalizando, sob os olhares incrédulos dos presentes, temos a certeza de que novos alicerces estão sendo construídos, mais uma obra fértil está sendo edificada, para a Igreja no Brasil.

Pode ficar certo, Padre Irineu, de que sua Lei de Educação será aprovada. Tudo faremos para conseguí-lo. Quando no fim do ano passado, a Imprensa de todo o país, fêz grande estardalhaço, com a solidariedade de professores, deputados, senadores, Ministros e até sacerdotes ao "maior pedagogo do país", sentimos que Anísio Teixeira havia vencido. Naquele sábado de manhã V. R. se dirigiu aos funcionários, dizendo que "perdemos uma batalha mas não perdemos a guerra". Que um dia voltaria a nossa Capela para cantar um "Te Deum" pela vitória da Igreja. Talvez daqui a cinco ou dez anos. Talvez mais. Certo porém, que a Igreja venceria. Ouvimos céticos, incrédulos, suas palavrões. Naquele momento ninguém poderia supor nem de longe uma reviravolta. Quando na Câmara Federal Cônego Trindade fêz uma referência ao "nô-pais," sentimos que Anísio Teixeira havia vencido. Naquele sábado de manhã me de Anísio Teixeira, houve uma verdadeira avalanche de apartes de elogios e solidariedade ao "maior pedagogo brasileiro". Poucos meses se passaram. A Conferência utilizou a arma de que dispõe. Milhares de cartas de todos os pontos do país chegaram aos deputados. A imprensa começou a mudar. Os deputados pouco a pouco foram "trabalhados" da tribuna da Câmara pela opinião pública, pela família brasileira. Anísio Teixeira hoje é chamado de "dono da educação" e suas idéias são consideradas arcaicas e ultrapassadas. Não há mais "solidariedade"...

Quem poderia supor que em tão poucos dias se operasse tal metamorfose? A lei de educação está em sua fase final. Os principais artigos que defendem a igualdade das 2 Escolas já foram aprovadas pela Sub-Comissão de Educação. Esta é a sua maior vitória, Padre Irineu. A Comissão de Educação tem o mesmo presidente, o mesmo relator. A imprensa é a mesma. O substituto é que é outro. É a vitória da Igreja.

Finalizando, queremos dizer que em cada funcionário da CRB, V. R. terá sempre um amigo dedicado, com o qual poderá contar sempre e que guarda de V. R. a melhor das recordações.

Que poderemos dizer-lhe mais, senão o nosso mais sincero muito obrigado? Que poderemos desejar-lhe senão muitas felicidades e que continue sempre a "planificar" e a colher vitórias para a Igreja e para a Pátria.

Funcionários da CRB

## A SITUAÇÃO DA CRB EM JULHO DE 1959

Relatório apresentado à assembleia anual dos Superiores Maiores, em julho de 1959, pelo Pe. Irineu Leopoldino de Souza SDB, Secretário Geral.

Até o ano de 1956, nós fizemos regularmente o relatório anual, que apresentamos aos Religiosos, ora nas solenidades de comemoração da fundação da Conferência, ora no Congresso dos Religiosos de S. Paulo, ora na assembleia anual. Depois não fizemos mais, e era nossa intenção não fazer também neste ano. A razão é que, no início, era necessário apresentar aos Religiosos de todo o Brasil o plano de trabalho da CRB. Apresentando o que se tinha podido realizar, com a graça de Deus e a colaboração de todos, e delineando o que se pretendia fazer no ano seguinte, íamos cada vez mais unindo e organizando os nossos apóstolos, ao mesmo tempo que trabalhávamos por atualizá-los. Hoje, porém, com o desenvolvimento já alcançado, consolidada a união das famílias religiosas, isto não é mais necessário, segundo nosso modesto modo de ver e opinar. No ano passado, não fizemos mais relatório. Nossa Revista nada publicou deste gênero.

E assim pretendíamos fazer também nesta assembleia. Acontece, porém, que a Diretoria resolveu diversamente, e eu fui voto vencido. Nesta, como em tantas outras circunstâncias. E fiquei com o encargo de informar aos Superiores Maiores sobre a situação em que se encontra atualmente a CRB.

Trata-se de uma prestação de contas. Concordo que seja um dever da Diretoria, perante a Assembleia. Mais ainda. Descrevendo a situação a que chegamos, é bem o momento de um exame de consciência — uma auto-crítica, para usar o termo de outros arraiais — para não repetirmos erros que a experiência demonstrou. O exame do passado revela

o que foi bom, para nele persistir. E' o que não foi bom, para ser eliminado.

### Situação do pessoal.

A CRB é, antes de mais nada, o pessoal que nela trabalha. Não somos uma indústria, nem uma organização comercial. Somos uma organização de apostolado. Se em tudo, o que primeiro conta é o homem, muito mais quando se trata de apostolado.

Não dispomos, infelizmente, de um levantamento atualizado de todo o pessoal que trabalha na CRB, com encargos definidos e estáveis, em todo o Brasil. Isto para confirmar o ditado popular de que, na casa do ferreiro, os espetos são de pau. Recenseando continuamente e fazendo estatísticas das obras dos Religiosos e das Religiosas, nos esquecemos de fazer a nossa própria. O último levantamento de que dispomos é de dois anos atrás. Tínhamos na ocasião mais de 400 pessoas trabalhando na CRB e nas Secções Estaduais, nos diversos departamentos e filiais de vários pontos do Brasil e do exterior. Na sede central trabalham 39 (trinta e nove) funcionários civis, todos de tempo integral. Cuidamos, como nos é possível primeiro da sua formação humana e religiosa. Na capela da CRB eles podem, diariamente, antes de sair do trabalho, e dentro do horário de expediente, recolher-se em comum para rezar o Santo Terço. Aos sábados assistem à Santa Missa e ouvem uma prática de formação religiosa. Ainda não lhes pudemos dar tôda a assistência que lhes devemos, de acordo com a doutrina social de Igreja, embora nossa despesa com funcionários tenha sido, no último semestre, de mais de Cr\$. 2.100.000,00. Não pagamos mal aos nossos colaboradores. Mas ainda não pagamos quanto seria desejável. Cuidamos de modo particular dos que são casados e têm família. Estes nos merecem sempre consideração especial, nos reajustamentos periódicos de salários e nas gratificações. Todos eles recebem duas gratificações, uma em junho e outra em dezembro, por ocasião dos balanços semestrais.

Além dos funcionários civis, trabalhavam na sede central, no início da atual década, dois irmãos, e três sacerdotes. Depois, ficamos sozinhos: os dois sacerdotes, um na Revista, e o Secretário Geral. Depois vieram de novo um irmão e mais um sacerdote, ambos trabalhando no expediente.

Como sempre, e como temos lembrado em tantas outras circunstâncias, da parte das religiosas o grupo mais numeroso, a serviço da causa comum, e com tempo integral, é o das Missionárias de Jesus Crucificado, do Departamento de Estatística, que realizam não somente o trabalho próprio da estatística, como ainda várias outras tarefas auxiliares para a Nunciatura Apostólica, e empreendimentos extraordinários da Conferência dos Religiosos.

Ainda não conseguimos um grupo de religiosas para constituir uma diretoria para o Departamento de Serviço e Assistência Social,

para o Departamento de Assistência à Saúde e para o Departamento de Catecismo. Neste último, várias tarefas são próprias das irmãs, sobretudo dentro do plano que estamos atualmente executando, com uma preocupação marcada para a formação de catequistas de nível primário. Isto empenha evidentemente em primeiro lugar as escolas normais. E as Irmãs dirigem mais de 500, em todo o Brasil.

O problema de pessoal é um problema na Conferência dos Religiosos no momento. O que não é de estranhar. É o problema da Igreja no Brasil. Não era possível que só a Conferência não padecesse deste mal. Há que pesar e ponderar maduramente, coram Domino, sobre o que mais interessa e o que mais contribui para a Glória de Deus e salvação das almas. Temos que escolher entre obras particulares e obras de interesse geral. Nesta escolha está a solução imediata para o problema do pessoal. Temos pouco pessoal. Por isto mesmo é preciso distribuir o pouco que temos com iluminada prudência. O general que tem poucos soldados não os desperdiça em trincheiras ou bastões de segunda importância, mas os coloca todos nos pontos-chaves de sua batalha.

Quanto aos funcionários civis, não temos tido problemas. A equipe é dedicada e trabalha com amor. Trabalha por apostolado. Sentem conosco nossas vitórias e derrotas. São moços que praticam a sua religião. Temos entre eles apóstolos, que já converteram vizinhos seus, trazendo adultos protestantes para o vigário receber a abjuração e batizar.

**Local.**

Outro problema. Pouco precisamos dizer em palavras. Basta ir à sede central, para ver como o espaço está pequeno. Precisamos de mais um andar, ou de mudar para um andar mais espaçoso, em outro edifício. O Departamento de Estatística alugou em 1958 uma casa. Depois, alugou também a casa vizinha. E está precisando de mais espaço. Precisamos de uma casa própria para a Estatística, suficientemente grande para abrigar os móveis e máquinas necessárias ao trabalho e para abrigar as irmãs que ali trabalham para a Conferência. Nos demais departamentos, por enquanto, ainda não surgiu este problema.

**As Seccões Estaduais**

A Conferência dos Religiosos não é a sede central no Rio de Janeiro. Muito mais importante são as Seccões Estaduais. Todos os nossos movimentos dependem do apoio dado pelas casas religiosas do interior. Não precisa lembrar mais que a última batalha que travamos pela educação. Se as Seccões não tivessem funcionado, estaríamos derrotados. As circulares são boas para continuar um trabalho qualquer. Mas são de todo inadequadas para começar uma campanha, ou para articular um movimento. E isto nos discordamos nitidamente dos métodos de

ação de outras agremiações católicas que trabalham conosco nas mesmas batalhas. Já temos manifestado esta nossa discordância aos superiores competentes.

É do máximo interesse da Conferência que as Secções Estaduais sejam fortes e bem organizadas. Precisam de pessoal e de local. Ora, salvo o caso de S. Paulo, nenhuma tem sede, funcionando em salas emprestadas de casas religiosas. E saldo o caso de Pôrto Alegre e Recife, nenhuma dispõe de pessoal mais ou menos com tempo à disposição da Conferência. São Paulo, até hoje, ainda não tem um presidente, nem uma diretoria organizada.

Nas Secções Estaduais nós julgamos de necessidade urgente:

a) organizar as finanças, mediante a contribuição regular das casas, para que possam ter os meios necessários às suas atividades;

b) encontrar uma sala no centro da cidade, onde possa instalar a sede. É claro que isto seria somente para os Estados grandes: São Paulo, onde este detalhe já foi resolvido diretamente pela CRB-Rio, para o Instituto de Pastoral; Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Curitiba, Recife e Fortaleza. Os outros Estados talvez pudessem aguardar uma segunda etapa.

c) O mais urgente, porém, é encontrar para estes Estados maiores, um presidente ou um secretário, que possa dedicar à Conferência todo o seu trabalho.

Chamo a atenção dos Revmos. Superiores e Superiores, para o problema que está vindo aí com a aprovação da lei de Diretrizes e Bases da Educação. Grande responsabilidade terão os Conselhos Regionais. Desde o município, onde se elegem os representantes das associações de pais de família e dos educadores, à Capital do Estado e à Capital da República, será necessário estar vigilante, para que nas eleições escolares se mandem homens bons e competentes aos conselhos. No sistema atual, basta estar vigilante o órgão central, porque o Ministério da Educação decide tudo. A descentralização meramente burocrática das inspetorias seccionais de ensino, veio já criar problemas em muitos pontos do interior, encontrando-nos desprevenidos. Que será então com o novo sistema, realmente democrático a ser instaurado pela lei de Diretrizes e Bases? Estamos certos, e já prevemos desde agora, que vamos apanhar bastante. Não estamos aparelhados. Nem as casas religiosas da periferia, nem as paróquias. Depois de algumas derrotas, então começaremos a tomar providências, para recuperar e reconquistar o terreno que perdemos pela nossa falta de previsão, e pela nossa lentidão em tomar a tempo as medidas oportunas.

As Secções Estaduais da Conferência são tão importantes como a sede central. Sob alguns aspectos, são até mais importantes. Urge portanto consolidá-las, dando-lhes sobretudo o pessoal de que elas precisam.

### As finanças

O sistema financeiro e econômico da Conferência é o mesmo aprovado pelos Superiores Maiores no primeiro Congresso dos Religiosos, celebrado em 1954. Nada se alterou. Não há nenhuma contribuição das casas religiosas para a CRB-Rio. As casas devem pagar sua contribuição às Seções Estaduais. A assinatura da Revista não é contribuição. É simplesmente pagamento. Os doze números que enviamos com a pontualidade de observante comunidade, no início de cada mês, mais as circulares que sempre os acompanham, valem mais que os duzentos cruzeiros da assinatura. As províncias contribuem, mediante empréstimo ou doação, para pagamento das prestações mensais da sede central. Pagamos anualmente Cr\$. 1.350.000,00 divididos em doze prestações de Cr\$ 112.000,00. Foi o Segundo Congresso que deliberou fôsse a sede central paga pela contribuição das províncias, afim de não se desviarem dos apostolados os recursos comuns da Conferência. As contribuições das casas nas seções estaduais não são regulares.

As taxas de serviço são ainda as mesmas aprovadas em 1954. No início de 1958 autorizamos o aumento de meio por cento nas taxas das subvenções. E neste ano de 1959, a Diretoria autorizou uma sobretaxa especial para as subvenções em restos a pagar, em razão da grande demora na liberação destas verbas e do redobrado trabalho que nos tem dado.

A Conferência, além dos honorários que paga pontualmente aos seus funcionários civis, contribue com uma quota para manutenção da comunidade de irmãs dedicadas a Estatística. O restante, as irmãs conseguem com a indústria doméstica de plásticos que organizaram. Apenas metade da manutenção é paga pela Conferência. Todos os móveis, máquinas, utensílios, e tôdas as despesas propriamente da estatística, são pagas pela CRB.

Também se incluem, semestralmente, em nosso orçamento, as quotas dos departamentos de Saúde e de Serviço Social. A de Catecismo foi suspensa, não por razão de falta de numerário ou dificuldades financeiras mas por motivo da não execução dos planos aprovados. Divergência de orientação entre a Conferência e o pessoal do Departamento.

A instalação do Instituto de Pastoral em São Paulo foi tôda financiada pela Conferência. Empenharam-se na iniciativa cêrca de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros). As anuidades dos alunos não estão sendo suficientes para amortizar esta aplicação. Seria conveniente que o fôsse, para que a soma pudesse ser novamente invertida em outro empreendimento apostólico julgado oportuno.

As contribuições das Províncias para pagamento das prestações mensais da sede, não estão sendo suficientes. Temos um déficit anual de Cr\$. 400.000,00 que está sendo coberto com recursos provenientes dos serviços, e não aplicados em iniciativas apostólicas, diretamente.

A Revista está sendo enviada a tôdas as casas, desde janeiro do

corrente ano. Porém, há ainda cerca de 3.000 (três mil) casas que ainda não pagaram assinatura, o que representa um déficit de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros), aproximadamente. Também este déficit é coberto com a renda dos serviços e um pouco pela publicidade. Seria entretanto conveniente que cada casa pagasse sua assinatura, ficando gratuitas somente as casas realmente de poucos recursos.

De qualquer forma, a Diretoria tem o firme propósito de não suspender nenhuma assinatura, por falta de pagamento. A mensagem de união e de atualização dos nossos apostolados, levada mensalmente às casas pela Revista, vale muito mais do que a importância gasta na sua edição.

Uma apreciação de ordem geral sobre as finanças da Conferência, pode ser desta forma: a situação é sólida, muito bem controlada, goza a CRB de crédito ilimitado com as organizações bancárias e comerciais com que tem transações, está apoiada num sistema certo, que não sugere nem pede nenhuma modificação. Porém, não é uma situação folgada.

Uma deficiência está havendo atualmente, e que deve ser sanada quanto antes. O Secretário Geral, como responsável pela sede central, é quem na prática executa, comanda e controla a administração. Pelos nossos estatutos, cabe ao tesoureiro supervisionar e sugerir os meios que julgar convenientes e oportunos. Temos apresentado semestralmente os balanços à consideração e exame da Diretoria, como temos enviado relatório detalhado à Nunciatura Apostólica, para que os faça chegar à Sagrada Congregação dos Religiosos. Não temos, porém, um conselho fiscal, ou um conselho administrativo, que examine periodicamente estas contas e os documentos correspondentes, para dar parecer na assembléia dos Superiores Maiores. Isto é indispensável, e deve ser feito quanto antes. Por isto, na revisão dos Estatutos, propusemos a organização de um Conselho Administrativo, com as funções de Conselho Fiscal. Meu desejo é que este conselho funcione realmente, e não fique apenas no papel.

A contabilidade da Conferência não é franqueada ao exame de simples religiosos. Está à disposição de qualquer Superior Provincial, pessoalmente, não por delegação. É uma medida de prudência e de discriminação. O Conselho Administrativo, em nome dos Superiores Maiores deverá examiná-la.

## Os Serviços.

Analisando-os por ordem cronológica, devemos começar pelo de Procuradoria. Mantém sempre a mesma média de mais de 3.000 (três mil) processos em andamento. De toda categoria: naturalização de estrangeiros, reconhecimento de escolas, registro de professores e diretores, autorização para rádio-emissoras, licenças de importação, recebimento de verbas federais, etc.

Devemos lembrar que o Serviço não se limita ao elementar tra-

balho de recados, de protocolar papéis nos ministérios e informar sobre as possíveis deligências. Já isto seria bastante. Faz, porém, muito mais em plano nítidamente de apostolado. Os processos são todos previamente examinados na CRB. Nós não encaminhamos processos de cujo êxito não temos certeza. Não encaminhamos processos que não têm amparo legal. Não encaminhamos documentação que possa expor a casa religiosa a críticas de qualquer natureza. Já ouvimos muita sátira contra a Igreja, da parte de elementos ateus, em órgãos governativos. Nossos processos, com a graça de Deus, jamais tiveram pareceres semelhantes. Nossos funcionários, com a longa prática e experiência que têm, são os primeiros a censurá-los severamente. E é sempre melhor que estas críticas se façam em casa, em família.

Uma palavra particular merece o problema das subvenções federais. Há vários anos que as subvenções ou não funcionam de todo, em alguns sectores, ou vêm funcionando com inúmeras deficiências. Apresentamos longamente a situação, em estudo que publicamos em nossa Revista mês de abril de 1959 n.º 46. Não é necessário repetir aqui a explanação que lá apresentamos. Apenas lembramos as conclusões e as indicações práticas: a) é necessário que as casas religiosas, particularmente as casas de formação, organizem seu próprio sistema financeiro e econômico, de modo a não dependerem das subvenções dos poderes públicos. Para se alcançar isto, é preciso pensar como S. Paulo, Apóstolo que, no trabalho das próprias mãos encontrou os meios para manter seu apostolado e fazer a caridade. Para se alcançar isto, é indispensável formar bons administradores. Administradores, dizemos, e não simplesmente contadores. Há escolas para isto. b) É necessário, enquanto os Poderes Públicos não encontrarem outro sistema mais adequado, não deixar de recorrer às subvenções porque elas representam uma forma de realizar o princípio de direito natural, da justa distribuição dos tributos. Arrecadados de todo o povo, os dinheiros públicos devem servir para todo o povo, e não apenas para uma minoria privilegiada. As subvenções são uma forma de levarmos aos infelizes e deserdados da fortuna, um pouco de alívio, pelas obras que com elas mantemos e desenvolvemos. c) É urgente tomarem-se providências enérgicas junto dos Poderes Públicos, para que as subvenções atrasadas sejam pagas quanto antes.

Algumas casas religiosas têm perdido a paciência, e deixam de preparar os papéis, ou passam seus processos para outros procuradores. Nós não impedimos isto e até achamos bom, porque nos alivia o trabalho. Mas estas casas não têm razão. Milagre, ninguém faz. Somente os santos. E nós ainda não os encontramos nas repartições públicas. Pelo contrário. Nós não perdemos a esperança, e continuamos a trabalhar com tenacidade. Em fevereiro de 1951, acompanhando Dom Orlando Chaves, estivemos no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, em audiência com o então Presidente Getúlio Vargas. Naquela ocasião, trabalhando como procurador somente das casas salesianas, voltei de Petrópolis com

a "certeza" de que tínhamos plano de economia e cortes profundos nas subvenções. Exatamente como vieram pouco depois. Mas hoje estamos recebendo ainda parcelas cortadas pelo plano de economia de 1951.

Às vezes alguns pensam e escrevem que o serviço de Procuradoria da CRB não pode dar conta de todo o trabalho. Assumem encargos demais. Devo observar que a crise de pessoal na Conferência é somente de pessoal religioso, a quem incumbem as tarefas de apostolado. Não temos nenhuma dificuldade no recrutamento de pessoal civil, competente e dedicado. E os serviços são feitos por funcionários especializados. E não incluímos neste número os que nas outras secções, como na expedição, na contabilidade, nas viagens, prestam serviços auxiliares à Procuradoria. Nem lembramos o auxílio inestimável que o Departamento de Estatística nos presta, com as informações sempre atualizadas. Podemos afirmar com plena segurança e conhecimento de causa, que no Rio de Janeiro não existe nenhum serviço de procuradoria com a mesma eficiência e exatidão do nosso. Os atrasos nos pagamentos não são de nossa responsabilidade. Até hoje ainda não perdemos nenhum processo. Por isto mesmo é que, consoante os termos do Código Civil, nos artigos que regulam o exercício do mandato e da procuração, nós podemos assumir a responsabilidade também financeira pelos processos que aceitamos. Se alguma verba se perder por responsabilidade nossa, a Conferência indenizará totalmente à casa religiosa.

**O Serviço de Viagens** está funcionando normalmente. O número de religiosos que procuram nosso serviço continua aumentando, de ano para ano. Mas ainda não atingimos a totalidade dos religiosos que viajam no Brasil. Nem sabemos imaginar qual seja a porcentagem que opera fora de nossos quadros. Algumas vezes acreditamos que consigam preços melhores. Serão poucas, em vista de relações ou amizades de caráter pessoal. Na maioria das vezes, o preço mais reduzido que o da Conferência se encontra apenas em caso de serviço de qualidade inferior, ou sem comprovada segurança técnica.

**O serviço de Fornecimentos Diversos** se ampliou bastante, desde a última assembléia até hoje, em virtude de uma deliberação da mesma assembléia do ano passado. Vários produtos entraram em nossa linha de distribuição. Dentre eles se destacam os veículos. E neste sector, temos atendido, como nos demais da Conferência, indistintamente a religiosa, a paróquias, como a Dioceses. Os números falam melhor. Aí estão sobre a mesa, como ornato, substituindo as flores tradicionais, as miniaturas de todos os veículos que já entregamos às casas religiosas. E lá fora estão os novos, que hoje receberão a bênção litúrgica antes de serem entregues aos seus donos.

Trabalhamos, neste sector de Fornecimentos, com os artigos mais necessários ao equipamento de nossas obras. Em conjugação com o plano de fornecimentos, surgiu o plano de financiamentos, que nos foi possível, graças à cooperação do Banco Mineiro da Produção S. A. Pode a casa religiosa pagar suas máquinas, móveis escolares e veículos, em presta-

ções, que, conforme o caso, chegam até a 36. É claro que há juros, que alguns administradores religiosos, ainda com hábitos administrativos dos séculos passados, estranham. Mas são juros módicos. É a aquisição se torna possível a qualquer casa que tenha recursos para usar e manter os equipamentos financiados. Para algumas obras nosso plano não é exequível. Trata-se, porém, de obras que também não teriam meios para a manutenção das máquinas e equipamentos. A compra não passa, nestes casos, de uma imprudência do administrador inexperiente.

E já que falamos em financiamentos, parece-nos ser este o lugar mais adequado para analisarmos um problema cotidiano de nossas administrações. Ainda não temos financiamento para nossas construções. Até alguns anos atrás, ainda se conseguiam os empréstimos de caixa econômica. Hoje, nem estes. O plano atual de financiamentos da CRB foi todo feito para máquinas e equipamentos. Aplicado a construções, não é bom. Para construções precisaríamos de outro plano e de recursos mais avultados. Ora, estes recursos nós os temos, depositados em inúmeros estabelecimentos de crédito, que tomam o dinheiro de nós religiosos, para emprestar a terceiros, indústria e comércio, ou devolver a nós mesmos, com juros bem maiores. Tomam a 6%, no máximo, e nos devolvem a 12%, no mínimo. Ora, porque o dinheiro dos religiosos não circula entre os religiosos? Já sabemos que na união se encontram tôdas as vantagens. Disto já estamos convencidos. Porque não aprendemos também a evidência desta outra fórmula: dos religiosos para os religiosos? Foi a aplicação deste princípio que nos permitiu o financiamento de veículos. A continuação, no mesmo rumo, nos poderá levar sem dúvida também ao financiamento das construções. Tudo depende de confiança no sistema, de vontade firme e decidida de realizar, de querer controlar com seriedade e eficiência. Possibilidade há, e muita. A tese que expusemos em nosso estudo, publicado na revista n.º 48 do mês de junho de 59 sobre aplicação de capitais e depósitos bancários, é perfeitamente exequível.

Uma última palavra a respeito dos serviços, porque já vai longe esta exposição. Para acalmar os escrúpulos de alguns poucos espiritualistas, ou espiritualizados, e para prevenir o escândalo farisaico ou **pusillorum** de outros, esclarecemos que nenhum serviço funciona da CRB que não tenha relação direta com o desenvolvimento de nossos apostolados. Ou são por si mesmo apostólicos, como o serviço de imigração de religiosos, o de novas obras e novas fundações, sob a responsabilidade direta de religiosos, e que já têm dado bons resultados, ou são serviços auxiliares, como o de procuradoria, viagens e fornecimentos, feitos por funcionários civis e não por religiosos, mas em função direta dos apostolados das casas religiosas associadas. Negar a estes três serviços uma função apostólica auxiliar, é negar uma evidência meridiana. Se fôssemos anjos, e constituíssemos uma conferência de espíritos angélicos, poderíamos dispensá-los. Mas somos criaturas humanas, de corpo e alma, vivendo ainda neste mundo, onde é preciso comer, vestir-se, viajar, andar de

jeep ou a cavalo, para atender os doentes da paróquia e expandir a obra do catecismo.

De vez em quando me chega aos ouvidos um boato, ora de um lado ora de outro, às vezes proveniente de autoridades eclesiásticas ou religiosas, bem altas. Mais de uma vez têm sido levadas queixas à Nunciatura Apostólica a respeito. E é que a Conferência tenha entrado em alguma negociata, particularmente de automóveis, ou de importação. Felizmente, as negociatas são atribuídas pessoalmente ao Pe. Irineu, e não à Conferência. Por isto mesmo nunca falei disto em público. Hoje, porém, terminando o segundo mandato na Diretoria da CRB, devo dizer de público que nem eu, pessoalmente, nem a Conferência, jamais entramos em qualquer negociata de automóveis ou de importação. Temos feito várias importações. Até 14 de Agosto de 1957, ou seja, na vigência da lei anterior de importação, conseguimos fazer vir muitos carros; e agora, com a atual lei de tarifas, fizemos vir do exterior, e continuamos a fazer vir, vários equipamentos, excluídos os veículos. Os que distribuimos às casas são todos de fabricação nacional. Mas tôdas as nossas importações foram feitas com a devida licença da Carteira de Comércio Exterior (CACEX), onde se encontram os respectivos processos, que podem ser procurados e examinados por quem o desejar. Os processos na CACEX se encontram facilmente pelo nome da instituição. Não há necessidade de número. Tôdas as nossas importações saíram com isenção de impostos. Há os processos correspondentes, nas alfândegas por onde saíram os equipamentos: Rio, Salvador e Belém do Pará. Também nunca aconteceu de a Conferência dos Religiosos mandar vir material, menos ainda veículos, em nome de terceiros, religiosos ou não, nem sequer em nome de S. Excia. Revma. o Sr. Dom Hélder Câmara ou da Conferência Nacional dos Bispos. O que a êste respeito veio ao meu conhecimento, da parte de um excmo. Arcebispo, é simples boato, não tendo o menor fundamento.

A administração que fizemos nestes seis anos, na Conferência dos Religiosos, se baseou em dois princípios: na união tôdas as vantagens, e: dos religiosos para os religiosos. Não somos formados em administração nem em contabilidade. Apenas soube me cercar de auxiliares leigos capazes, formados nestas matérias. Capazes e idôneos, empreendedores e honestos. Não me parece que os resultados sejam excepcionais. São os resultados comuns e normais de qualquer administração bem conduzida. Como, entretanto, entre nós, na Igreja, boa administração, com um pouco de imaginativa, é coisa um pouco rara, o êxito que alcançamos impressiona a muitos, que passam a pensar em negociatas. Acresce ainda que o ambiente da administração pública no Brasil está impregnado de corrupção. Não temos culpa disto, nós da Conferência, nem concorremos para isto, de maneira alguma. Dentro da honestidade e do direito, pode-se muito bem progredir. E progredimos. Se algum dos que inventam êstes boatos quiser aprender, poderá vir estagiar um pouco na sede central da Conferência.

## O apostolado da Revista da Conferência.

É com isto passamos a falar dos nossos apostolados, que são a coluna mestra da Conferência, sua razão de ser, e a preocupação constante de nossas atividades. Primeiro dêles, a Revista. Iniciamos a publicação em Julho de 1955. O número de agosto, que antecipamos para circular durante esta assembléia, é o quinquagésimo. Cincoenta números, sempre regulares, circulando antes do dia primeiro de cada mês, com matéria de real interesse para todos os religiosos e religiosas, se não são de fato muito, não deixam entretanto de representar alguma coisa. Lamentamos que — isto acontece muito raramente, é verdade — alguma superiora não deixe a Revista da Conferência circular livremente entre as religiosas de sua comunidade. Não encontramos nenhuma razão para isto.

Nossa Revista se ressentem um pouco na parte de informações noticiosas e na bibliografia. Temos poucas resenhas de livros. Não é também uma revista de estudos ascéticos, místicos, ou de teologia da vida religiosa. É a Revista da Conferência. É a voz da organização de que é mensageira. Serve à realização do programa prefixado, de atualizar e organizar nossos apostolados. Nossa preocupação não é fazer uma revista científica, nem uma revista literária, nem uma revista bonita. Queremos uma revista eficiente, capaz de ser o traço de união entre todas as comunidades associadas à CRB. Também não é uma revista de propaganda da Conferência. Não precisamos disto. É uma revista de apostolado, uma revista coordenadora de nossas atividades. E cumpriu brilhantemente sua missão, na recente batalha da educação, e colocou muito bem a outra batalha que estamos travando persistentemente há alguns anos, no terreno das subvenções.

A redação não tem falta de material para publicar, nem sentiu nunca a necessidade de improvisar na hora de fechar algum número. Às vezes não temos o material que desejávamos em determinado momento. Foi difícil obter dos peritos um estudo sobre a instrução da Santa Sé relativa aos perigos de abuso na comunhão frequente. Depois tivemos sobre a matéria dois excelentes estudos. Salva esta dificuldade, temos sempre encontrado muita colaboração. E desejamos que continue a vir com generosidade. Não quisemos constituir um corpo de redatores. Democráticamente, a revista é de todas as famílias religiosas que trabalham no Brasil. Reflete o pensamento comum, e não a espiritualidade, os métodos, ou os objetivos peculiares desta ou daquela congregação.

## O Anuario dos Religiosos do Brasil. — 1958.

Também está aí, em mãos dos Revmos. Superiores Maiores, a nova edição. O primeiro, de 1955, com relação a este, não passa de um rascunho, uma prova, uma tentativa. O de 1958 é realmente um Anuário. Mais. É uma obra-prima. Valeu a pena trabalhar com persistência, no

Departamento de Estatística, durante tantos anos. Começamos em 1953, quando preparávamos o Primeiro Congresso dos Religiosos. Hoje chegamos a um modelo definitivo. As modificações a serem introduzidas, para corrigir pequenas lacunas, para introduzir pequenos aperfeiçoamentos, ou para reduzir materialmente o espaço, com nova roupagem tipográfica, serão modificações acessórias. Na substância, o Anuário de 1958 nos parece uma obra definitiva, que deverá ser reeditada, periodicamente, apenas para atualização dos dados numéricos.

Devemos corrigir um equívoco ou um boato que corre a respeito do nosso Departamento de Estatística. Não estamos fazendo um trabalho de diletantes amadores sem valor científico. Nosso trabalho é tecnicamente perfeito, na sua qualidade. Poderá faltar alguma coisa quantitativamente, poderá faltar algum dado, materialmente. Mas a qualidade do trabalho, é perfeita. As Religiosas que trabalham no Departamento não são pessoas que julgam saber tudo, só porque vestiram um hábito religioso. Duas delas já fizeram curso regular na Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Uma o está atualmente fazendo. E a Diretora, mesmo sem ter feito o curso da Escola de Estatística, entende do assunto quase tanto como as outras que se saíram muito bem nos exames e têm em mãos seus diplomas. O estudo que publicamos na Revista, nos dois primeiros números, sobre a densidade e distribuição dos Religiosos e das Religiosas no Brasil, foi revisto pelo Diretor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Prof. Dr. Lourival Câmara, que nada teve a acrescentar nem corrigir. E os cálculos foram feitos por uma religiosa do nosso Departamento.

Alcançamos tal perfeição em nosso trabalho, que elementos do Conselho Nacional de Estatística nos propuseram a filiação do nosso Departamento ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Esta filiação foi feita, tendo sido lavrado o termo correspondente no dia 29/5/59. A estatística do nosso Departamento, em virtude desta filiação, tem valor oficial. Nosso Anuário é portanto estatística oficial do Governo Brasileiro.

### **A campanha de formação de catequistas.**

Desde o início, a Conferência vem se empenhando no apostolado catequético. Em 1956 se fixou muito bem, durante o segundo congresso, o rumo de nossa campanha: isolar, em todo o campo de trabalho, uma faixa para cultivar em profundidade: o ensino do catecismo em nível primário. E resolver o trabalho por meio de uma intensa campanha de formação de catequistas.

Os cursos para isto se vêm repetindo, em diversos pontos do Brasil. Desde Porto Alegre, a Florianópolis, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Vitória, Salvador, Aracaju e Maceió, Recife, João Pessoa, Natal e Fortaleza, temos notícia de cursos de formação de catequistas, promovidos pela Conferência, através de suas Seções Estaduais.

No Rio de Janeiro, no ano passado, a título de experiência, empenhamos todos os colégios de religiosas que estavam em condições de entrar imediatamente num trabalho desta natureza. E 14 casas formaram, dando o certificado numa festa comum, presidida pelo Eminentíssimo Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, 243 professoras catequistas.

Nós achamos que é uma incoerência nossas escolas formarem profissionais para diversos misteres, e não formar catequistas. Faculdades de filosofia formam professores de tôdas as matérias; escolas de serviço social e de enfermagem formam profissionais categorizados, de nível superior; nossas quinhentas escolas normais estão formando, anualmente, milhares de professores para o curso primário, em todos os Estados. É uma incoerência profunda, embora inconsciente, não estarmos transformando os ex-alunos destas escolas em outros tantos professores de religião.

Há dificuldades, sabemos. Falta de planos adequados. Métodos. Livros de texto. Material didático. Tempo. A Cúria Diocesana ou o Departamento Diocesano de Ensino Religioso. Professores devidamente preparados. Sem esquecer que não nos faltam, entre religiosos e sacerdotes, professores devidamente preparados para matemática, latim, geografia, e outras matérias. As vezes, em alguma faculdade nossa, só não temos o professor preparado para pedagogia e didática do catecismo.

Nosso trabalho, até o fim do ano passado, foi sistemático, e insistimos, *opportune et importune*. Neste ano nos vimos um pouco tolhidos. Em Fevereiro, em Belo Horizonte, na reunião dos Diretores Diocesanos de Ensino de Religião, foi criado o Centro Catequético Nacional, do qual a Conferência dos Religiosos é membro. Mas não temos, até agora, liberdade de iniciativa. Estamos esperando orientação e plano. No Rio, neste ano, só foram empenhadas na formação de catequistas, as escolas normais. As outras casas não. Eu não sei porque um curso colegial clássico, científico, uma escola técnica de irmãs, mesmo um curso ginásial, não possa formar catequistas para ensino de religião em nível primário.

A mim me parece que a atividade catequética de alguns dos nossos líderes falha em vários pontos. A filosofia de vida dos santos é que o ótimo é inimigo do bom. Não se podendo fazer o ótimo, faz-se simplesmente o bom, e da maneira que se pode. O momento não é para altas e profundas pesquisas catequéticas, quanto ao valor intrínseco ou extrínseco dos métodos, dos programas, dos livros, textos, fórmulas, memorização ou inteligência, e não sei quanta outra discussão que ainda reina paralisando e esterilizando um apostolado catequético mais profundo e mais extenso. Um editorial de jornal do Rio dizia, não faz muito tempo, a propósito da reforma de ensino, em andamento na Câmara: será que algumas camadas de nossos mentores educacionais, apesar das intermináveis pesquisas educacionais e infinitos estudos pedagógicos que promovem há mais de 30 anos, ainda não chegaram à conclusão mais elementar de que o que importa é botar as crianças na escola e começar.

a ensinar-lhes o alfabeto? A mesma coisa eu digo e afirmo, com fundamento numa experiência de seis anos de esforços no sector catequético. O que importa não são as intermináveis elucubrações metodológicas. É pegar o moleque e ensinar-lhe o catecismo, isto é, dizer-lhe que Deus existe, que ele tem uma alma para salvar, que deve ir à Missa aos domingos, que deve conservar-se no estado de graça, e que não deve pecar, porque a morte o pode apanhar a qualquer instante. Para ensinar catecismo às crianças, em nível primário, é necessário, antes de mais nada, zelo ardente e sincero. O mais me parece secundário.

O que não pode continuar como está, é o escândalo de centenas, de milhares de classes, nas escolas primárias e secundárias, em todo o Brasil, onde as crianças estudam em escolas do governo ou de leigos, e que ficam anos estudando tôdas as matérias, menos a ciência da salvação da alma. Isto deve acabar, e quanto antes. Nossa missão, é formar catequistas. Nenhuma objeção tem valor, diante desta verdade fundamental enunciada pelo Apóstolo *fides ex auditu*. Importa ir às crianças e ao povo, e comunicar-lhes a mensagem do Evangelho. Ou fazemos isto, ou perecemos, como Igreja, no Brasil. Ou catequese, ou falência. Enquanto as Dioceses, as Ordens e Congregações, as casas religiosas, as paróquias, não derem ao catecismo aquilo que ele merece e precisa, em pessoal, tempo, e recursos materiais, em dinheiro, estaremos conversando fiado, estaremos falando em fazer catequese, numa veleidade, e não numa vontade decidida e eficaz. Não é possível que uma arquidiocese dê ao ensino religioso, como foi informado em Belo Horizonte em fevereiro último, apenas dois mil cruzeiros por mês.

A cada um de nós toca fazer o exame de consciência que a circunstância exige. Nós não atravessamos o sinal, na Conferência dos Religiosos, e respeitamos antes de mais nada a delimitação jurídica de poderes canônicos. Nossa isenção termina na calçada da casa religiosa isenta. Com os religiosos e as religiosas, trabalhamos livremente. Com as crianças, precisamos da autorização da autoridade eclesiástica competente, paróquia ou diocese. Mas alguns parecem por tôda a preocupação de sua atividade na salvaguarda destes princípios jurídicos. Nós não os desprezamos, nem os temos violado, nem uma vez sequer, até hoje. Mas nossa preocupação fundamental não é esta. É a eficiência de nossos apostolados, é a salvação das almas que se estão perdendo por ignorância. Nós detestamos os congressos e as reuniões que terminam em excelentes conclusões que depois não são colocadas em prática. Até hoje ainda não engulimos o que nos foi dito no dia 13 de Fevereiro de 1954, por um sacerdote cujo nome não guardei, ao terminar o primeiro congresso: belas teses, boa oratória, belas conclusões, e agora voltamos para casa e tudo como antes. Nossa resposta a este **tudo como antes** foi a Conferência dos Religiosos do Brasil, como ela hoje se encontra, em tôda a plenitude de seu trabalho apostólico.

**Educação e ensino.**

Vamos diretamente ao assunto, em pinceladas incisivas, para não nos delongarmos excessivamente. No dia 30 de novembro de 1958 a Comissão de Educação e Cultura da Câmara aprovava o seu próprio substitutivo à lei de diretrizes e bases, rejeitando o do Deputado Carlos Lacerda, do qual vários itens entretanto já tinham sido aproveitados. Tinha combatido bravamente nossa querida AEC do Brasil, e em particular, dois nomes mereceram nossa estima e gratidão: Pe. Artur Alonso e Prof. Carlos Thompson Flores.

Mas estávamos derrotados. Simplesmente derrotados. O substitutivo que saiu da Comissão, e ia ao plenário da Câmara, era a consolidação do estatismo e do monopólio, a morte do ensino superior particular. A corrente que tinha feito do opúsculo "Educação não é privilégio", do atual diretor do INEP, a sua bíblia, tinha vindo a batalha. Uma minoria inexpressiva, tinha imposto ao Brasil todo um pensamento pedagógico ultrapassado, vitórias do século XIX que o século XX há muito vem repudiando, sucessivamente, nas nações ocidentais livres, e que só se consolidaram, em sua plenitude, no bloco escravizado ao regime vermelho dos sem-Deus.

E tínhamos sido derrotados por duas razões: a primeira é que, de todo o exército, havia entrado em combate somente uma unidade, apenas um regimento. Certa vez, a propósito de educação, procurando unir e articular forças, ouvi, pelo telefone, de um líder do nosso movimento, esta resposta: não se deve dar um tiro de canhão para matar um mosquito. Supervalorizando nossas forças, e subestimando as do adversário, acabamos na derrota. Outra razão: todo o trabalho foi feito por meio de circulares, e minha proposta de enviar mensageiros, para tratar do assunto pessoalmente, pelos Estados, foi recusada, por desnecessária, uma vez que os princípios católicos sobre educação são suficientemente conhecidos, e vêm sendo divulgados, por circulares e revistas, há muitos anos. A estas duas razões se junta ainda uma outra: trabalhamos sempre na defensiva, corrigindo e remendando os projetos feitos pelos outros. A partir daquela data, trabalhamos com um projeto nosso, com uma peça inteira, alinhada toda dentro do mesmo princípio fundamental. É um erro estratégico o que temos feito até agora. Quais são os projetos de lei que entraram na Câmara por iniciativa nossa? Deixamos sempre aos outros a iniciativa, e depois corremos aos reparos e consertos. Estamos errando tremendamente na campanha anti-divorcista. Já devíamos há muito ter introduzido um projeto de defesa e proteção da família. Os divorcistas, antes de chegar ao miolo e ao cerne da Constituição, teriam que primeiro derrubar este outro bastião mais avançado. Não sei porque estamos cochilando ainda.

A partir de novembro de 1958, as coisas começaram a mudar, no terreno da educação. Os erros de tática foram corrigidos. O exército entrou todo em ação. Os contatos foram pessoais, em todas as capitais dos Estados. Circular é coisa boa para continuar uma campanha. Mas

não presta para amar e começar. E sobretudo, tínhamos um projeto, uma proposição inteira, em torno da qual arregimentar a opinião pública. Circunstâncias diversas, umas de ordem política, outras de ordem regimental na Câmara dos Deputados, nos favoreceram, não há dúvida. Mas a estratégia de combate, a partir de dezembro último, foi inteiramente nova. E foi comandada pela Conferência dos Religiosos do Brasil, que não pode deixar de levar, a seu tempo, um profundo reconhecimento à Nunciatura Apostólica, à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e à Associação de Educação Católica. Na união completa de nossos esforços, estamos caminhando para a vitória.

É indispensável, porém, que não se repitam os erros que cometemos no passado. Um dia, se repetidos, eles poderão ser fatais para a expansão do reino de Deus em nossa terra. O problema das relações entre a AEC e a CRB ainda não está devidamente resolvido. Os estatutos atuais da AEC necessitam de uma reforma. Os Superiores Maiores não são membros da AEC, mas sim da CRB. Em cada país, segundo o pensamento de Roma, deve existir uma única associação de Superiores Maiores. É o que o Pe. Larraona denominou, no Congresso de 1957, de Organização Vertical. As organizações horizontais — de educação, de assistência social, de saúde, e outras — são dos superiores locais, e devem ter uma relação de subordinação e de entrosamento para com a organização vertical dos Superiores Maiores. Não é possível, dentro da sistemática jurídica da vida religiosa, funcionar bem a AEC, com seus estatutos atuais: são membros os exmos. Senhores Bispos Diocesanos, os Superiores Maiores, e os Superiores locais, todos com direito a voto. Isto é um absurdo. A ordem hierárquica da Igreja e da vida religiosa não está sendo respeitada. Urge portanto uma reorganização.

Eu não digo, como alguns imaginam sem fundamento, e nunca disse, que a AEC não faz nada. Fez e faz muita coisa. Porém, muito mais deve fazer ainda. Louvo e sempre louvei o que está bem feito. Mas acho que uma reorganização, uma reestruturação, uma nova tomada de posição dentro da unidade da vida religiosa representada pela Conferência, se impõe. Em 1956 foram as enfermeiras que cometeram o mesmo erro de tática em que incidiu a AEC: trabalharam sozinhas, por uma lei de enfermagem, em luta com as parteiras. E as parteiras, uma minoria muito pequena no País, as levaram de vencida, até a aprovação definitiva da lei, rejeitadas tôdas as emendas de interesse, das enfermeiras. Foi a esta altura que interferiu a CRB, empenhando na batalha tôdas as forças disponíveis. Não perguntávamos se a Religiosa era enfermeira, educadora ou assistente social. A causa da Igreja estava em jogo. Se podia ajudar, devia ajudar. Tôdas trabalharam. E vencemos a batalha.

Cabe à Diretoria da CRB julgar, em última instância, quando devem entrar em ação tôdas as forças, todo o exército, e com que estratégia. A Diretoria se articulará com o Episcopado, poderá ouvir o parecer dos departamentos ou dos órgãos subordinados. Mas não podemos

inverter os papéis. Quando se trata de interesse geral das Congregações Religiosas, a organização competente é a Conferência dos Religiosos do Brasil. Observo que não estamos situando nem focalizando o tema das relações entre a Conferência dos Religiosos e a Conferência dos Bispos. Estamos examinando uma situação interna dos Religiosos, distribuídos por seus vários apostolados, todos subordinados aos mesmos Superiores Maiores. O assunto de relações com a CNBB é outro, e não é objeto deste nosso relatório.

Há muito que fazer ainda em matéria de educação e ensino. Uma boa lei de diretrizes e bases é apenas o começo da batalha. Fazê-la conhecida e compreendida pelo voto, providenciar com diligência sua exata e perfeita execução, é sem dúvida um trabalho muito mais árduo do que conseguir do Congresso um bom texto. Nós não estamos preparados para o novo sistema que aí vem no bojo da lei de diretrizes e bases, que, se não mudou, quantitativamente o número de anos em cada ciclo de estudos, se não fixou número nem nome de matérias a serem lecionadas neste ou naquele curso, revolucionou entretanto, nas suas bases, todo o sistema educacional brasileiro. Uma nova filosofia da educação, a verdadeira, pondo de lado o velho ranso do laicismo monopolista, vem arejar os novos dispositivos legais. Urge que a Igreja se prepare para as novas tarefas. Urge que as instituições particulares interessadas, começando pela família, se preparem. Nós prevemos que vamos apanhar bastante nos primeiros anos. Depois reconquistaremos, recolocaremos as coisas no seu lugar. Os primeiros cristãos conquistaram o mundo para a fé. A nós parece que cabe sempre a tarefa de reconquistar.

### **Instituto de Pastoral em São Paulo.**

No princípio deste ano inaugurou a CRB o seu Instituto de Pastoral, em São Paulo. Funcionou com eficiência, com exemplar pontualidade, dentro da ratio-studiorum prevista, durante todo o primeiro semestre. Esperamos que continue assim, no segundo. Os religiosos de Recife querem uma filial deste Instituto, para servir ao Norte e Nordeste. Isto está sendo estudado. Alguns superiores de Belo Horizonte desejam em comum todo o curso teológico, quatro anos mais a pastoral, dentro dos mesmos moldes de cooperação experimentados tão bem em São Paulo. É possível que este curso comum se inicie no próximo ano escolar.

A Conferência espera que o Instituto não limite sua atividade apenas à pastoral. Desejamos que daquela equipe de professores especializados se irradie um movimento de colaboração estreita entre os Mestres de Noviços, as Mestras, os Superiores e Professores das várias casas de formação, em encontros periódicos. Toda a formação dos religiosos deverá beneficiar-se com a pastoral, e não somente o último ano. Estamos esperando estes frutos, que certamente não tardarão a vir.

### **Outros apostolados.**

No sector da enfermagem, está a lei orgânica de enfermagem, pa-

realizada na Câmara dos Deputados. E é natural. Antes de lei de diretrizes e bases da educação, nenhuma outra lei de ensino será aprovada na Câmara e no Senado.

Tanto o Departamento de Assistência à Saúde, como o de Serviço e Assistência Social, se ressentem da necessidade de pessoal. É necessário constituir uma diretoria, composta de religiosas pertencentes a congregações religiosas diversas. Sintonizando perfeitamente suas iniciativas com o pensamento da Conferência, os Departamentos progredirão. A CRB tem um método de ação já definido, tem um sistema de trabalho já sancionado pela experiência de seis anos. Não mudamos nossa estratégia, em nenhum dos combates que tivemos de enfrentar. A prática mostrou que os princípios e diretrizes em que nos baseávamos eram bons e certos.

### Serviços e apostolados.

Alguns religiosos fazem a comparação entre os serviços e os apostolados da Conferência. Eu não faço, e acho errado este modo de ver a CRB. Tudo na Conferência é apostolado, direta ou indiretamente. Entendo que as almas se salvam primeiro com a graça de Deus, e depois com o nosso trabalho. Tudo portanto que ajuda o nosso trabalho apostólico, é apostolado.

É preciso notar ainda que os serviços estão mais concentrados na sede central, à Av. Rio Branco, por razão de sua própria estrutura, por necessidades inerentes ao seu funcionamento. Os apostolados estão dispersos pelos Departamentos e pelas Seções Estaduais. Um confronto exato só poderá ser feito, entre as duas linhas de atividade, se somarmos a Conferência toda, sede central e Seções Estaduais.

### CONCLUSÃO.

É a primeira vez, ao que me lembro, que venho a público, numa reunião de religiosos, e mais ainda, de Superiores e Superiores Maiores, e apresento, na minha exposição, alguns aspectos negativos e alguma deficiência. Todos os relatórios que já apresentei em público, focalizam apenas os aspectos positivos. Desta vez entretanto, dando mais um balanço do que fazendo um relatório, julguei necessário analisar aqueles aspectos. Em Catecismo e Educação, duas atividades fundamentais da vida religiosa, temos várias coisas a corrigir. Apresentei os problemas friamente. As pessoas não me interessam. Minha preocupação fundamental não é salvaguardar nem preservar as reverências nem os títulos. Primeiro e antes de tudo, a eficiência do trabalho apostólico, pressuposta sempre a missão e a vontade expressa do Superior competente. Sabemos que nenhuma atividade, fora da obediência, pode ser salutar nem apostólica. E nunca violamos esta obediência a quem de direito. Mas ela não é um fim, é um meio. Não é um ponto de chegada, é de partida. E de maneira alguma pode ser confundida com o culto às pessoas.

Pode ser que alguém fique magoado com o meu relatório, que é de responsabilidade minha pessoal, e não da Diretoria da Conferência, uma vez que não foi previamente examinado. Se ficar, paciência. Acho que as falhas que aponte são objetivas, e estão realmente retardando o maior rendimento de nosso trabalho apostólico organizado. E penso que só na clareza e na sinceridade encontraremos a solução de nossos problemas.

Um futuro grandioso espera sem dúvida a Conferência dos Religiosos do Brasil. Temos recebido convite de outros países, para irmos lá informar o que eles chamam "segredos" de nossos êxitos. Brasília docet. Nossa satisfação é poder ser útil aos nossos irmãos, os de casa e os vizinhos, e contribuir de alguma forma para salvar mais almas. Deus nos conduza a todos para realizar em toda a plenitude sua santíssima vontade.

## CASA SUCENA

FUNDADA EM 1806

TRADICIONAL ESTABELECIMENTO FORNECEDOR DE  
TODO BRASIL CATÓLICO

SECCÕES DE FAZENDAS, CAMA E MESA, ARMARI-  
NHOS, CAMISARIA E ARTIGOS PARA FLORES E  
BORDADOS

RUA BUENOS AIRES, 66  
AV. RIO BRANCO, 82 E 86

— Rio de Janeiro —

Atende-se pelo Reembolso postal

**ANUÁRIO DOS RELIGIOSOS DO BRASIL (2 tomos) — 1958**

Estatística oficial do Governo Brasileiro

Obra organizada em moldes rigorosamente científicos e esmeradamente impresso no IBGE.

Auxiliar de trabalho de primeira importância.

Cr\$ 920,00

Pedidos à Conferência dos Religiosos  
Avenida Rio Branco, 131 (9º)

Atende-se a pedidos por reembolso.

# RELAÇÕES DAS PROVÍNCIAS COM AS AUTORIDADES ECLESIÁSTICAS E CIVIS

*Trabalho apresentado na Assembléia das Superiores Provinciais por  
Irmã Eunice Maria  
da Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição  
S. Paulo. 26 de junho de 1959*

## INTRODUÇÃO

Parafraseando o discurso do Santo Padre Pio XII, de imortal e saudosa memória, aos Superiores Gerais (11.2.1958) — a Conferência dos Religiosos do Brasil, aprovada pela Santa Sé, reclama de tôdas uma vontade sempre disposta a dar seu concurso a tôdas as atividades, pelas quais a Igreja deseja as utilizar... “Constituis um exército em que todos combatem pela mesma nobre causa”.

No livro “Introduction à l'étude du Code Canonique” Mgr. A. Pillet, depois de tratar dos clérigos, fala dos fiéis, que vivendo em comum, duma maneira estável, praticam não somente os preceitos mas também os conselhos evangélicos, pela observância dos votos de pobreza, castidade e obediência”. “As famílias religiosas — continua Mgr. Pillet — que tanto se multiplicaram nestes últimos tempos foi necessário para reconhecê-las estabelecer uma terminologia especial e jurídica, que vem expressa no Canon 488”.

“Os tempos em que vivemos viram as antigas regras canônicas dos religiosos modificadas, necessariamente, pelas diversas circunstâncias. As leis advindas, outrora, dos decretos e mesmo do Concílio Tridentino, tornaram-se em grande parte inaplicáveis, sobretudo no que concerne às comunidades de mulheres”.

“Outrora, tôdas as ordens femininas eram contemplativas”. Só na época contemporânea, podemos dizer, que “as virgens consagradas a Deus se deram com uma energia maravilhosa às obras de caridade. Não recuaram e não recuam diante de nenhum trabalho”.

“Sob o impulso desta caridade tão ativa e tão inteligente aumentou o número das religiosas, como se elevou consideravelmente o número de diferentes associações, que tendo o mesmo fim, se distinguem apenas pelo nome, pelo hábito...”

“A Igreja de nossos dias, que tem o direito de se orgulhar com tamanha fecundidade, estabeleceu uma organização, instituindo uma

hierarquia de superiores locais, provinciais e gerais", que, uns por direito comum, outros por direito particular, têm relações com uma hierarquia ad extra: Ordinários do lugar, Núncios, Sta. Sé, concretizada na Sagrada Congregação dos Religiosos.

"Daí — diz Mgr. Pillet — certas dificuldades surgiram, notadamente quando as normas da Sta. Sé pouco ainda haviam estabelecido para solucionar certas questões. Foi a Constituição Apostólica "Conditae a Christo" de Leão XIII, de 7 de dezembro de 1900, que trouxe muita luz, e sobretudo, determinou princípios a seguir e regras a observar.

De acôrdo com esta Constituição foram redigidas as normas do Direito Canônico relativas aos religiosos (Cânones 487 — 681, Livro II, parte II) que ainda hoje servem de marco em tôdas as dificuldades e são a "conditio sine qua non" da existência de uma religião e do próprio estado religioso.

## I. PROVÍNCIA: CONCEITO E SUA NATURAL CONEXÃO COM AS AUTORIDADES ECLESIASTICAS E CIVIS

Província é uma reunião de várias casas religiosas, sob a dependência de um mesmo Superior, constituindo parte da mesma Religião. (Can. 488, 6.º).

Sendo parte da mesma Religião, tem tôda Província religiosa uma série de relações quer com os Superiores da Ordem ou Congregação, quer com os Superiores eclesiásticos — Ordinários do lugar, Núncios e, especialmente, com a Sagrada Congregação dos Religiosos. Porém, como constitui também uma entidade moral e jurídica tem relações com as diferentes autoridades civis.

O que falamos acêrca de Província vale analogamente para os mosteiros ou casas confederadas das grandes ordens religiosas, por exemplo, a União Romana das Ursulinas, segundo as normas especiais que lhe foram traçadas pela Sta. Sé, no ato de sua confederação.

Deve, pois, uma Superiora Provincial estar ciente dessas diferentes relações para desempenhar com real proveito seu ofício.

Deve possuir um preparo ou, pelo menos, o suficiente conhecimento dos cânones, das orientações da S.C.R. Das Regras e Constituições de sua Congregação, porém, deve saber não apenas a letra, mas especialmente, o espírito que as ditou e ter aquela clarividência que, não abolindo o passado sabe adaptar-se ao presente, preparando o futuro.

Se é grande a responsabilidade das Superiores Gerais, temos nós que é mais grave a das Superiores Provinciais, porquanto é delas, praticamente, que dependem as obras do Instituto. E' sua função serem o porta-voz das ordens do "general em chefe" às fôrças mobilizadas. Ora, o que adiantam excelentes ordens se chegam deturpadas ou filtradas aos soldados?

## II. RELAÇÕES DE UMA PROVÍNCIA COM A SAGRADA CONGREGAÇÃO DOS RELIGIOSOS:

1. Conceito canônico da S.C.R.
2. Características destas relações:
  - a) confiança
  - b) sinceridade
  - c) docilidade
3. Relatórios quinquenais.

Segundo o Canon 251, a "S.C.R. pertence exclusivamente tudo o que diz respeito ao regime, disciplina, estudos, bens, privilégios dos religiosos de ambos os sexos, tanto de votos solenes como simples e daqueles que sem emitir votos tem vida comum à maneira dos religiosos, e também das Ordens Terceiras Seculares, salvo o direito da S.C. de Propaganda Fide".

"Portanto, ainda que deva remeter ao tribunal competente as questões a serem resolvidas por via judicial, ficando, porém, sempre incólume o direito do Sto. Ofício e da Congregação do Conselho sobre assuntos que lhes pertencam, a C. dos Religiosos dirime tôdas as questões de sua competência em forma disciplinar".

"Finalmente a esta Congregação se reserva a concessão de dispensas do direito comum, em favor dos religiosos, exceto o que prescreve o canon 247 § 5".

"Para que a S.C.R. — diz o comentarista do Código de derecho canónico (texto bilingüe), 5a. edição, 1954 — pudesse cumprir mais eficazmente seu ofício o Papa Pio XII aprovou, a 24 de janeiro de 1944 a criação dentro da mesma Congregação dos Religiosos de uma Comissão de Religiosos idôneos a quem compete estudar tôdas as questões que, de qualquer forma, se referem à educação religiosa e clerical, bem como à formação científica e ministerial dos aspirantes, noviços e jovens de qualquer religião ou sociedade dos que vivem em comum mesmo sem votos. A esta Comissão compete:

a) definir e delinear os critérios e os caracteres peculiares que devem guiar a educação e formação dos religiosos;

b) vigiar sobre as disposições dadas pelos Superiores e Capítulos no que concerne à educação e instrução; inspeccionar e rever as relações enviadas pelos Superiores e Visitadores Apostólicos sobre o mesmo assunto.

Criou-se ainda no seio da S.C.R. uma Comissão especial para interpretar e aplicar a Constituição Apostólica "Provida Mater Ecclesia", de 2.2.1947, sobre os Institutos Seculares de perfeição cristã".

Existe, pois, um órgão específico estabelecido pela Sta. Sé, cujo fim exclusivo é resolver tudo o que diz respeito aos Religiosos.

Logo, é segundo a mente da Sta. Sé que nas dúvidas, necessidades ou naquilo que é de direito ou obrigação se recorra à S.C.R.

Mais. Segundo o discurso dos membros do 2.º Congresso Mundial dos Estados de Perfeição a 9.12.1957, dizia Pio XII: "Se todo fiel res-

peita e se conforma com as determinações da Sta. Sé, aqueles que se encontram num estado de perfeição saberão neste ponto dar exemplo a todos.

É preciso, pois, procurar e manter contacto com esta Sta. Sé.

**Estas relações devem ser cheias de confiança, de sinceridade, de docilidade.**

A Sta. Sé deseja receber informações não somente verídicas, mas ainda francas, que permitam conhecer o verdadeiro estado de cada Congregação no que diz respeito à doutrina e à vida, à formação ascética e à observância, à disciplina e à administração temporal e tudo o mais. Só então é possível promover o bem e corrigir a tempo o mal, porque pelas disposições de espírito favoráveis, das quais Nós falamos, depende o fruto das respostas, normas e instruções emanadas pela Sta. Sé".

É impossível ser mais explícito. Comentar tais palavras seria temerário!

Lembramos, apenas, a fidelidade e exatidão na compilação dos "Relatórios Quinquenais". Embora enviadas à Roma pelo trâmite da Cúria Generalícia do Instituto, o valor real da redação depende única e exclusivamente da Secretaria Provincial.

Nunca será demasiado recomendar a manutenção exata dos arquivos. As respectivas estatísticas, se forem mantidas constantemente em dia, hão de facilitar a redação definitiva do relatório.

### III. RELAÇÕES DE UMA PROVÍNCIA COM A NUNCIATURA:

1. Aspécto jurídico
2. Aspécto social e religioso

Segundo o Canon 267, deve o Núncio, além de fomentar as relações entre a Sta. Sé e os governos civis, vigiar sobre o estado das Igrejas e disso tornar ciente o Sumo Pontífice. São os Núncios os representantes diplomáticos do Santo Padre.

Os cânones nada dizem, explicitamente, das relações dos Religiosos com os Exmos. Srs. Núncios... Mas, se pelos simples fiéis são respeitados e acatados, com maior razão — é óbvio — devem sê-lo pelos Religiosos, aos quais é lícito recorrer à Nunciatura sempre que necessário como consta no Canon 611.

Em certas circunstâncias, porém, como por exemplo, em tempo de guerra cabe aos Exmos. Srs. Núncios resolver e decidir as questões que de direito pertencem à Sta. Sé. Além disso, em tempos normais, certas petições exigem o visto da Nunciatura para serem deferidas pela Cúria Romana.

Tudo isso apenas do ponto de vista jurídico. Pois, quanto ao aspécto social e religioso das nossas relações com o representante do Sto. Padre, devemos não somente manter mas, intensificar ainda mais essas relações de respeito obediência e dedicação, tradicionais em nosso país.



- 1) mudar nada das constituições;
- 2) nem tratar de assuntos de caráter econômico salvo o prescrito nos cânones 533-535;
- 3) nem imiscuir-se na disciplina e governo interno, exceto nos casos especificados no direito.

O Ordinário do lugar, pelo Canon 512, por si ou por outro, deve visitar cada cinco (5) anos:

- 1) todos os mosteiros de monjas sujeitas a êle ou diretamente à Sta. Sé;
- 2) todos os mosteiros de monjas sujeitas aos regulares, porém, somente no que se refere à clausura; mas se o Superior regular, por negligência, durante 5 anos não fizer a visita, o Ordinário deverá fazê-la estendendo-a a tôdas as outras coisas além da clausura;
- 3) tôdas as casas das Congregações de direito diocesano;
- 4) tôdas as Casas das Congregações de direito pontifício, no concernente à Igreja, oratório público e confessionário”.

“Pode e deve investigar o Ordinário do lugar, especialmente, durante a visita canônica:

- 1) se a disciplina religiosa é observada segundo as Constituições;
- 2) se sofrem detrimento, em algum ponto, a sã doutrina e a honestidade dos costumes;
- 3) se se tem faltado à clausura;
- 4) se os sacramentos são recebidos com a frequência conveniente e determinada”.

“Se Superiores — continua o canon 618 § 2, 2 — avisados, oportunamente de abusos graves que possam existir, não puseram remédio, o Ordinário o aplicará por si mesmo. Se acontecessem, porém, coisas graves de maior transcendência que não permitissem dilação, o Ordinário determine imediatamente o que julgar oportuno e dê conta do que tiver feito à Sta. Sé”.

“Nestas visitas, pelo Canon 513, quer o Ordinário do lugar quer quem lhe faz as vezes tem o direito e o dever de perguntar aos religiosos o que julgue oportuno e de informar-se das coisas relacionadas com a visita. Todos os religiosos estão obrigados a responder segundo a verdade, sem que seja lícito aos Superiores apartá-los de algum modo desta obrigação ou impedir de qualquer forma o fim da visita e assim não incorrerem nas penalidades do Canon 2413 § 1”.

“Os membros de um Instituto de um de outro sexo estão sujeitos ao Bispo no que diz respeito ao “forum interno”; Quanto ao “forum externo” estão sujeitos ao que concerne às censuras, aos casos reservados, à dispensa dos votos que não são reservados à Sta. Sé, como também às prescrições de orações públicas, às dispensas e outras permissões que os Bispos podem conceder aos fiéis de sua diocese”.

Finalmente, pelo Canon 619, “podem ser obrigadas até com penas pelo Ordinário do lugar, a obedecer em tôdas aquelas coisas em que a êle estão sujeitas as religiosas; quer isentas quer não, de votos simples

ou solenes”.

Dizia Leão XIII na “Conditae a Christo” que “é necessário que a autoridade dos Superiores de Congregações e a dos Bispos estejam de acôrdo, mas para isso é preciso que cada um conheça e respeite, escrupulosamente, os direitos do outro”.

As Superiores Provinciais devem recorrer aos Exmos. Srs. Bispos não somente em casos esporádicos como se não devessem se preocupar e interessar pelas religiosas, mas sempre que a necessidade ou utilidade da Província, da Casa ou de uma religiosa o exigir. Será para pedir conselho, orientação ou para solicitar sua intervenção em casos determinados.

Deve existir entre o Ordinário do lugar e a Superiora Provincial relações tais, que facilitem o govêrno e o progresso espiritual e material da Província. E como não mostrarão os Exmos. Srs. Bispos cuidados paternais e interêsse especial pelas casas religiosas se constituem as religiosas a “porção eleita do rebanho de Cristo”?

## V. RELAÇÕES DE UMA PROVÍNCIA COM A CURIA GENERALICIA:

1. Aspecto canônico
  - a) leal
2. “Redde rationem”:
  - b) exato
  - c) constante

“A Superiora Geral de uma religião tem poder sôbre tôdas as Províncias, casas religiosas de sua religião, que exercerá segundo as Constituições. As demais Superiores gozam de poder dentro dos limites de seu cargo”. Canon. 502.

Em virtude desta autoridade canônica pode a Superiora Geral transferir as religiosas de uma Província para outra, quando, depois de ouvidas as respectivas Superiores Provinciais, o julgar oportuno e vantajoso para o progresso das obras do Instituto e da perfeição da própria religiosa transferida.

Desde que uma Ordem ou Congregação está dividida em províncias, tôda responsabilidade imediata de govêrno cabe à Superiora Provincial.

Desde que uma Ordem ou Congregação está dividida em províncias, andamento das casas, resolver os negócios concernentes à Província, a não ser os de maior importância, nos quais, segundo as Constituições, deverá informar a Superiora Geral e seu Conselho.

A Superiora Provincial cabe, salvo diferentes determinações das Constituições, admitir as Postulantes ao Noviciado, dar voto prévio para a Primeira Profissão, admitir à renovação dos votos e à Profissão Perpétua, depois do consentimento da Superiora Geral.

Deve trazer sua Província na palma da mão e estar a par de tudo — material e espiritualmente. Deve conhecer não de visu mas de

facto suas religiosas e assim desempenhar realmente o seu ofício.

É óbvio dizer que as relações da Superiora Provincial com a Cúria Generalícia apresentam um carácter todo especial. Não são relações protocolares mas sim um "redde rationem" **leal, exato, constante.**

Será **leal** porque, se a quem de direito não é lícito ocultar a verdade, que diremos com relação ao Chefe de uma grande família? Seria mais que uma traição... seria uma perfídia...

Será **exato** porque, embora não desça a pormenores inúteis, é o testemunho fiel de uma conscienciosa administração e do estado geral dos indivíduos e respectivos trabalhos.

Será **constante** porque a Superiora Provincial há de prestar contas de seu governo, primeiramente, segundo as próprias Constituições — é a exigência da lei; e sempre que lhe parecer melhor prevenir que tardiamente remediar — é a lei da prudência.

Deve existir entre a Superiora Geral e seu Conselho e as Superiores Provinciais um mesmo sentir, um mesmo objetivo... Para isso é necessário que, de quando em quando, haja entre elas contactos pessoais, verdadeiras "mesas-redondas", onde não se teme dizer o que se julga melhor e onde se tomam as advertências por conselhos, e os conselhos por normas.

Há necessidade de comunhão de idéias, de fins e de meios.

Devem as Superiores Maiores serem verdadeiros líderes que pela previsão e organização são causa de execuções excelentes e de obras realmente dignas da maior glória de Deus!

## **VI. RELAÇÕES DE UMA PROVÍNCIA COM AS AUTORIDADES CIVIS:**

1. Necessidade e utilidade de obedecer às leis civis
  2. Leis do Ensino
  3. Leis Hospitalares
  4. Leis do Trabalho
  5. Lei da Isenção de Impostos
- Personalidade Jurídica.

Dado o fato de trabalharmos no meio da grande sociedade humana e de constituirmos como Congregação, Província ou Casa uma sociedade também, temos uma série de relações que regulam todo desenvolvimento de nossas atividades, exigindo, facultando, autorizando quesitos, aos quais não se pode fugir sem lesar, às vészes, a justiça, outras, Instituts Séculiers": "Nestes Institutos, a obediência não é somente exi-

Neste particular, diz o Pe. Jean Beyer, S.J., no seu livro "Les

que regem os indivíduos e as instituições como tais.

gras, ordens dos Superiores, mas deve estender-se também àquelas leis. Aliás, a obediência religiosa não deve restringir-se aos Votos, re-

a conveniência.

gida pela sociedade da qual se é membro. Vai mais além desses quadros institucionais restritos. Todos os membros da Sociedade das Filhas do Coração de Maria (I.º Instituto Secular, fundado pelo P. Pierre Joseph Picot de Clorivière, S.J.) obedecerão com tôda a exatidão aos que estão sôbre êles, por qualquer título que seja: natural, civil ou eclesiástico, nas coisas para as quais dêles dependem. E nada de contrário às ordens Superiores ou a seu emprêgo particular poderá ser imposto pelo Superior da Sociedade, ou prescrito pelas regras, a não ser que nestas ordens ou emprêgos haja qualquer coisa que não seja conforme a lei divina.

Exceptuando-se isto, a obediência religiosa não lhes pode mandar nada em contrário ao que foi mandado pelas autoridades legítimas. Ela não fará senão comunicar mais fôrça e perfeição à submissão que lhe rendem.

Em tôdas as outras coisas, nas quais, não dependem de outros, deverão obedecer aos Superiores de sua Sociedade”.

Ora, o que se diz dos Institutos Seculares pôde-se e deve-se applicar à tôda Ordem ou Congregação, respeitadas as regras particulares. Não dizia S. Paulo: “obedecei aos vossos senhores temporais... na sinceridade do vosso coração como a Cristo”?

Portanto, se uma Província possui Casas de Ensino as leis que regulamentam a instrução e tôdas as exigências federais ou estaduais baixadas pelo Ministério ou Secretarias de Educação devem ser cumpridas. Que não se diga que o lugar onde menos se cumprem as leis é nos colégios e escolas, dirigidos por religiosas!

O Brasil — é bom sabê-lo — é o único país do mundo em que os estabelecimentos particulares são reconhecidos e com tanta amplidão...

E’ bom recordar aqui A.E.C. (Associação de Educação Católica) — órgão especializado em assuntos relativos do ensino e que está à disposição de todos os Institutos religiosos para esclarecimentos e auxílios.

Havendo Casas de Saúde, Hospitais, as leis hospitalares e exigências do Departamento de Saúde e Assistência não devem ser ignoradas ou observadas ao sabor pessoal... E’ preciso respeitar para ser respeitado!

Que diríamos das Leis do Trabalho, que são muitas vêzes lesadas até gravemente, pecando-se contra a justiça, quando a remuneração dos que trabalham em nossas casas é muito aquém da justa, e mesmo do mínimo prescrito pela lei trabalhista?

E’ de suma importância que as Revdas. Madres vigiem sèriamente e indaguem, no decurso de suas visitas, para que êsse ponto seja observado com relação a todo pessoal e, se for o caso, intervir junto às Diretorias ou Administração das casas.

Devido à injusta remuneração já se têm encontrado verdadeiros absurdos para não dizer pecados que clamam ao céu, produzindo grave escândalo no meio dos fiéis.

Há a Lei de Isenção de Impostos, mas é necessário cumprir os

itens que prescreve. E' preciso compreender e não apenas exigir.... A isenção de impostos não tem como fim enriquecer a Congregação como tal, mas visa cooperar nas obras que mantêm, sob pena de ser sonegada, enormemente quando é desviada, para assistências estrangeiras as quantias arrecadadas pela Congregação.

E' de grande vantagem constituir a personalidade jurídica de toda a Congregação, Província e mesmo das casas filiais. Sugerimos a idéia de registrar a Congregação, Província não com o nome tal qual é, mas com uma designação diferente, para que no caso de persiguição ou expulsão fiquem intactos todos os bens, uma vez que constitui uma Sociedade civil de caráter educativo ou assistencial. Assim, em vez de registrar em cartório Congregação X...., dizer Sociedade ou Associação Brasileira de Assistência... ou educação, etc, etc, cujos Estatutos seriam redigidos por um advogado de confiança.

E' uma sugestão que talvez tenha sua aplicação prática oportuna, e, quiça, providencial.

## C O N C L U S Ã O

Chegadas ao fim desse trabalho, no qual mais do que a competência coloquei a melhor boa vontade de servir à causa da C.R.B., faço notar que em tudo isso não quis de modo algum ensinar algo de novo às Revdas. Madres. Apenas, obedecendo ao temário impôsto pela mesma C.R.B., quis lembrar, numa visão de conjunto, obrigações que a legislação eclesiástica pelo seu direito canônico impõe afim de se guardar, pela disciplina, a maior eficiência do nosso exército.

Recordemos mais uma vez as palavras do Sto. Padre Pio XII, no seu discurso às Religiosas educadoras, a 13.9.1951: "A harmonia e a generosa compreensão entre as diversas famílias religiosas podem contribuir muito para o bem dessas mesmas famílias. Um conhecimento mútuo, encorajamentos recíprocos, uma piedosa emulação não podem deixar de ter vantagens comuns". Podemos acrescentar muitas vantagens comuns...

E para não ficar no campo da teoria, passemos à prática, propondo uma série de casos que se prendem às questões ventiladas, cuja solução além de gravar o assunto de maneira realista, contribuem para esse mútuo esclarecimento de que fala o Santo Padre.

## ASPECTO SOCIAL DO VOTO DE POBREZA

### “NÃO HA REDENÇÃO SEM ENCARNAÇÃO”

(Comunicado apresentado pelo Pe. José M. Diez Alegria S. J., no CONGRESSO DE PERFEIÇÃO celebrado em Madri em setembro-outubro de 1956. Foi recebido com entusiástico aplauso).

Hoje, talvez, o maior problema que se apresenta à Igreja Católica seja sua ausência das massas populares, particularmente as trabalhadoras. De modo bem extenso, estas massas populares vêem a Igreja como algo alheio, pertencente ao mundo burguês, que elas consideram, não sem graves fundamentos, como um mundo estranho e “adverso”. Trata-se de tornar a ganhar para Cristo este mundo popular, que é de modo particular o mundo dos que estão cansados e onerados, aos quais se dirige o convite do Coração de Cristo. Na presente ordem da Providência, a teologia da Redenção está articulada com a da Encarnação. Cristo, para redimir-nos, encarnou-se na humanidade. Sem encarnação não há redenção. O mesmo acontece na vida da Igreja e no Apostolado.

Mas sucede que, particularmente entre nós, a Igreja, que nos últimos anos multiplicou consideravelmente suas obras de apostolado entre as classes humildes, obras encaminhadas a desenvolver a obra da Redenção, mal conseguiu, em trôco, realizações de encarnação nessas mesmas classes humildes. Nossas obras pastorais com os humildes resultam com frequência, se não me equivoco, obras de um mundo e de homens distintos do mundo e dos homens entre os quais trabalham. Os indivíduos que realizam estas obras não são colateralmente vizinhos, companheiros, consortes, participantes no interior de uma mesma sorte. Não sucede assim com o comunismo, que se apresenta radical e universalmente como um movimento de operários, das massas populares, e para elas. O comunismo não tem evidentemente um apôio nas classes burguesas. Perante elas êle sai do mundo operário e vive para êlc. Ou melhor, é criado originariamente por intelectuais, propagandistas, etc., encarnados no mundo

obreiro e vivendo dêle.

Enquanto o duelo entre o catolicismo e o comunismo estiver firmado nestes supostos sociológicos, o catolicismo não poderá triunfar.

Uma grande parte do clero espanhol, "também o do Brasil" (nota do Tr.), provêm das classes mais populares. E, não obstante, o processo de intususcção arranca êstes elementos de seu mundo originário e os incardina num mundo eclesiástico que resulta socialmente alheio ao mundo proietário e se dirige para o proletariado desde a burguesia.

Do ponto de vista apostólico, esta situação é comprometedora e denuncia um grave problema.

## O PROBLEMA

Ora, sendo os institutos religiosos os que institucionalmente e como estado dentro da Igreja professam pobreza, não corresponderia a êles de modo peculiar a realização institucional e estável dêste processo de encarnação da Igreja no mundo dos pobres? Eis aí a questão. Falando em conjunto as coisas não sucedem assim. Em particular, o número de Institutos Religiosos, masculinos e femininos, especialmente docentes, exclusivamente encarnados (falando sociologicamente) no mundo burguês e que pretendem no mundo proietário um trabalho de redenção sem prévia encarnação, é suficientemente elevado, a ponto disto poder considerar-se como um verdadeiro problema. Daí surge também, a dolorosa tendência, ainda demasiadamente arraigada entre nós, de dar ao trabalho com os humildes um caráter apendicular dentro da organização do labor apostólico.

No texto de S. Mateus, 19,21: "Si queres ser perfeito, vai, vende tudo quanto possues e dá-o aos pobres... e vêm e segue-me", que é fundamento do estado de perfeição, todo o mecanismo da pobreza posto em jôgo, está eficazmente orientado para a encarnação do apóstolo no mundo dos pobres, já que Cristo vivia de fato sociologicamente encarnado nesse mundo, como consta nos Evangelhos.

O jovem rico de nossos dias, que realiza a prática dos conselhos evangélicos mediante sua entrada num instituto religioso e encarnado sociologicamente (de modo exclusivo) em quadros burgueses, realiza substancialmente os aspectos jurídico e ascético da pobreza evangélica. Pode mesmo chegar a cumprilos pessoalmente com extraordinária perfeição. Contudo, permanece sem realizar o aspecto sociológico e existencial da pobreza evangélica. Isto levanta um problema apostólico e de testemunho, uma vez que seguir a Cristo é seguir um Messias, a quem pertence, como distintivo, a evangelização dos pobres, e não há evangelização eficaz sem uma encarnação suficiente. Donde também resulta que uma pobreza jurídico-ascética sem suficiente irradiação social apostólica careça hoje em dia de fôrça de atração perante os jovens a fim de impulsioná-los a uma prática verdadeiramente generosa da vida de pobreza.

## DUAS SOLUÇÕES

Duas soluções e possibilidades práticas para terminar.

1 — Projeção social do voto de pobreza no plano das relações das instituições religiosas com seus empregados e trabalhadores. Que êles tenham um nível de vida inferior ao dos membros da comunidade religiosa, nos parece fora dum reto espírito de pobreza evangélica. Neste ponto há uma relaxação de desvio do espírito. Se para corrigir isto temos de sacrificar uma parte de nosso nível de vida, talvez já molesto, o que já implicaria num fator de encarnação, de nós mesmos nos pobres, de inestimável valor e alcance. Cremos que, levantando sinceramente o problema nesta direção, nossos religiosos seriam capazes de maiores sacrifícios do que pensamos. Caberia também abrir uma brecha para a generosidade espontânea dos súditos dentro de cada comunidade, oferecendo-lhes oportunidade e possibilidade de fazer renúncias dirigidas imediatamente à consecução da meta indicada.

2 — Que os institutos religiosos apostólicos e de beneficência multipliquem postos de trabalho erguidos num plano de encarnação, quer dizer, compartindo o nível de vida, a localização, o estilo de construção, etc., dos pobres entre os quais trabalham. Sôbre esta base se trataria, ao lado do trabalho apostólico, de criar relações colaterais de amizade, mútua compreensão, conhecimento mútuo, confiança e simpatia. Os pobres evangélicos mais dificilmente têm hoje por amigo um mendigo que um banqueiro. Os "pobres evangélicos", isto é, os religiosos que professamos a pobreza evangélica. Isto não tem de ser assim necessariamente, e não o seria se tivéssemos, dentro do apostolado dos religiosos, um volume substantivo de estabelecimentos de trabalho constituídos num regime inequívoco de encarnação.

Esta multiplicação de obras entre os pobres em regime de encarnação devia ter como complemento o fortalecimento dos vínculos de solidariedade, caridade e unidade entre os diversos postos de trabalho duma mesma instituição religiosa e das várias instituições religiosas entre si. Desta forma, os pontos de trabalho situados sociologicamente no interior das camadas burguesas se beneficiariam de sua unidade vital com obras encarnadas nos quadros populares. Assim, dum modo efetivo, haveria uma revitalização da pobreza religiosa entre nós, como ascética, como mística, como instrumento de progresso social cristão e como condição possibilitadora dum apostolado fecundo e dum contato redentor da Igreja com aquêles que devem ser evangelizados.

A. M. D.G.

# RÁDIO APARECIDA E A CATEQUESE

Pe. Vitor Coelho de Almeida C.Ss.R.

Abençoados por S. Em. o Sr. Cardeal D. Carlos de Carmelo Vasconcelos Mota, arcebispo de S. Paulo, os Padres Redentoristas fundaram e organizaram a Rádio Aparecida. A finalidade da Emissora apresentava-se evidente: **Catequizar**, pregar a Palavra divina, para renovação espiritual e santificação do nosso Povo. Visava-se também, como objetivo importante, a construção da nova Basílica de Nossa Senhora Aparecida.

Desde 7 de outubro de 1954, a Rádio Aparecida atingia âmbito nacional, pelas poderosas **ondas-curtas de 7 e meio quilowates**, na vantajosa frequência de 31 metros. Antes não passava de estaçãozinha local com um raio de apenas 50 quilômetros de alcance, inaugurada a 7 de setembro de 1951.

A essas duas ondas veio juntar-se, em 1955, a de 91 metros com a notável potência de um quilowate, atingindo, como a de 31 metros, as fronteiras da Pátria.

Duas correntes entraram em choque, logo de início, no tocante à escolha dos métodos a seguirem para a catequese colimada. Conselheiros houve que opinavam dever ocultarem-se os verdadeiros objetivos da Estação, velando-se a religião sob as dobras de programas profanos.

Prevaleceram os que, tomando o Brasil não como nação apóstata e paganizada mas, sim, como um povo grandemente religioso, apenas carecido de maior cultivo espiritual, opinaram por uma rádio desassombradamente católica.

Não foi a Rádio Mundial a pioneira em se apresentar como abertamente religiosa, nem Zarur poderia reivindicar para si o "ovo de Colombo" da descoberta, no Brasil, de um povo sedento da palavra mística.

O sucesso, desde logo, deu ampla razão ao rumo adotado. Só nas duas grandes capitais S. Paulo e Rio não se conseguiu imediata e avassaladora penetração, e conquista de imenso auditório.

Nas outras grandes cidades e em todo o interior, principalmente nos estados sulinos de S. Paulo, Rio de Janeiro, Minas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Sta. Catarina e Rio Grande do Sul, conquistou a Emissora de N. Senhora fulminantemente os primeiros lugares entre as maiores do País. Haja vista a acertada veredito da grande organização de publicidade: "Mac Can Erickson" colocando a Rádio Apare-

cida entre as dez maiores do Brasil no tocante ao número de ouvintes e à organização.

Igualmente o "O.B.O.P." (Instituto Brasileiro da Opinião Pública) fez constatações honrosíssimas para a Rádio Aparecida como, por exemplo, a de ser essa Emissora a mais cuidada na grande cidade de S. José do Rio Preto, ombreando com a ótima Estação local. Fora das duas grandes mencionadas capitais, a Rádio Aparecida ocupa um dos cinco primeiros lugares. À guisa de amostra, apresenta-se o caso do lançamento, de um concurso para reclame de um produto de perfumaria, realizado através, simultaneamente, de uma das Estações máximas do Rio e da Rádio Aparecida. Ora, enquanto esta recebia nada menos do que 8.500 cartas a outra só conseguia a reação epistolar de apenas 2.500 pessoas, em menos de três meses de ação. E' de se notar que a Rádio Aparecida não dispõe de "onda-média" (o povo chama de "onda longa") mas somente de onda curta, além de não estar situada nas grandes capitais. Como, então, explicar o admirável sucesso da mesma?

A Emissora de Nossa Senhora Aparecida venceu pelo simples motivo de ser abertamente católica e mariana.

Sentindo a responsabilidade de DOCTRINAR não apenas através de programas com leves tinturas doutrinárias que não satisfazem ao povo, ou Padres da Rádio organizaram nada menos do que **nove programas diários de instrução e exortação religiosa**, não contando com a pitoresca "Entrevista com os romeiros" a reza das 18 horas, com têrço e frequentes pregações e as missas irradiadas das quintas-feiras (8 horas), das primeiras sextas-feiras e dos domingos (às 9 e 18,30 horas).

Especificando, analisemos aqueles programas CATEQUÉTICOS, diários:

1. "LUZES DO CÉU", ao iniciarem-se os trabalhos (6 horas) com oração da manhã, calendário litúrgico e meditação (Pe. Rubem Leme Galvão CcsR).

2. "OS PONTEIROS APONTAM PARA O INFINITO" (Pe. Coelho Victor de Almeida CSsR), às 12 horas. Teologia, Sociologia, Pedagogia e defesa da Religião.

3. "MARRETA NA BIGORNA" (Pe. Rubem Leme Galvão CSsR.) às 13 horas. Doutrina, especialmente moral e crítica.

4. "CONSAGRAÇÃO A NOSSA SENHORA APARECIDA" (Padres: Rubem e Vitor Coelho). Mariologia e doutrina em geral.

5. "CAMINHO, VERDADE E VIDA" (Pe. Rubem Leme Galvão, até abril de 1959. Hoje, ao encargo dos Seminaristas do Seminário Central.) **Exposição sistemática do CATECISMO**. Todo o volumoso compêndio do conhecido autor: SPIRAGO, foi estudado e comentado, por três vezes consecutivas, nos últimos quatro anos. (às 16,35).

6. "CARRILHÕES DA ETERNIDADE" (Pe. Vitor Coelho de Almeida CSsR) às 16,35 horas, reveando com o programa precedente. **Leitura comentada da SAGRADA BIBLIA**.

7. "AVE MARIA" (Pe. Maurilio Corrêa de Faria (CSsR) às 18 horas. **Assuntos do matrimônio e da família e doutrina em geral**.

8. "VEM SENHOR JESUS" — Doutrina para os que de dia nada puderam ouvir. Programa novo.

9. "A MEIA NOITE OUVIU-SE UMA GRANDE VOZ" às 23,55 horas, BREVE MEDITAÇÃO.

A CATEQUESE tem sido, portanto a faina indefesa da Estação de Nossa Senhora Aparecida, com frutos de conversão e renovação espiritual tão universalmente conhecidos que, aos entusiastas da nossa Santa Fé, só resta agradecer bendizendo a Mãe de Deus, por tão notório favor.

Muito mais desejaríamos ver realizado, a semelhança do que se vê na vizinha república da Colômbia.

S. Eminência, o Sr. Cardeal de São Paulo, chegou a enviar, a seu tempo, o então diretor desta emissora àquela República para estudar de perto a efficientíssima campanha de catequese, educação e alfabetização através do rádio, ali realizada pela Igreja de mãos dadas com os poderes públicos, mas, para tanto, indispensável se tornaria o concurso do nosso Governo, dados os altos custos em material radiofônico, gráfico e em outros apetrechos que superam às possibilidades da Rádio Aparecida, não mencionando a falta de uma "onda-media" poderosa, certamente indispensável. Quem sabe se no futuro algo se poderá...?

#### **CURSOS ORGANIZADOS PELA CRB NO RIO DE JANEIRO :**

- 1) de 5 a 10 de outubro : Semana de Estudos para Mestras de Noviços e diretores espirituais de casas de formação de Padres e Irmãos, na Casa de Na. Sra. da Paz, Rua Visconde de Pirajá, 351, Ipanema.
- 2) de 6 a 11 de outubro : Semana de Estudos para Mestras de Uoviças, na Casa do Cenáculo, Rua Pereira da Silva, 135, Laranjeiras.
- 3) de 13 a 16 de outubro : Encontro de Capelães de Irmãos e Irmãs, na Casa de Na. Sra. da Paz, Rua Visconde de Pirajá 351, Ipanema.

**Inscrição, eventualmente por carta, na Sede da CRB-Rio.**

# DECLARAÇÃO EM DEFESA DA EDUCAÇÃO

**Manifesto de um grupo de intelectuais e professores em resposta ao Manifesto publicado na imprensa do Rio e São Paulo pelos chamados "pioneiros".**

Ante, as manifestações divergentes sobre as diretrizes e bases da educação ora examinadas na Câmara dos Deputados, os abaixo-assinados, professores, educadores militantes e intelectuais sentem-se no dever de trazer a sua contribuição fundada numa definição de princípios que visa colocar o problema da educação na sua justa perspectiva.

Duas concepções especialmente disputam o predomínio sobre a educação: o liberalismo agnóstico e o totalitarismo ateu. Disputam entre si essas correntes, que não se excluem, e que acabam por se aliar contra uma terceira: a humanística e democrática.

O liberalismo agnóstico desinteressa-se da pessoa humana e se fixa no indivíduo. O totalitarismo ateu toma o indivíduo como instrumento da coletividade, cujos interesses são encarnados pelo Estado, isto é, pela facção que o empolga.

Ainda hoje vemos proclamados preconceitos de liberalismo filosófico, dogmáticamente afirmados no século XIX que levaram ao totalitarismo em nosso tempo. Essa concepção que conduziu o mundo ao desamparo espiritual é uma fixação anacrônica.

Aos totalitários ateus é essencial, através de uma escola neutra e uniformizante, esvaziar de significado espiritual a educação.

Concebemos a educação com um processo de formação de homem, ligado à sua natureza e ao seu destino; entendemos que não se pode dissociar de uma filosofia da vida e das próprias contingências históricas. Afirmamos o homem sujeito e objeto da educação.

A nossa posição não é sectária, é ecumênica. Não é contingente, é permanente. Baseia-se no primado do espírito, na prevalência da pessoa sobre os interesses individuais, na supremacia da sociedade sobre o Estado.

O que nos importa, aos que pensam assim, é que os legisladores, investidos da imensa responsabilidade de elaborar a lei de diretrizes e bases da educação após tantos anos de tergiversações, recuos e protelações, dêem ao povo uma lei fundada nas tradições da formação brasileira, integrada na concepção democrática do mundo ocidental, capaz de promover o progresso da educação, consoante os seguintes princípios.

**PRIMEIRO** — A suprema dignidade do homem é o exercício da sua consciência livre. Esta só vive e escapa da auto-destruição quando institucionalmente protegida pelos grupos naturais da comunidade, capazes de orientá-la para o bem comum e a solidariedade. Portanto, é indispensável que no processo educativo tenham preeminência os grupos que se interpõem entre a pessoa e o Estado.

**SEGUNDO** — A educação é um processo intimamente ligado à

formação e à existência de tais grupos. Atua como fator de integração dos seus membros naturais e constitui o princípio dinâmico do aperfeiçoamento destes. Portanto, a liberdade de ensino é sobretudo a possibilidade de se exprimir em experiências pedagógicas, tipos de educação que atendam, na sua flexibilidade e variedade, à diversidade dos grupos humanos, conforme deixou dito Rui Barbosa, nessa obra de maturidade que é a Oração aos Moços.

**TERCEIRO** — A família é o grupo fundamental e modelar dos demais grupos e dos processos educacionais. Seus representantes, tais como as associações de pais e seus delegados, tais como as escolas, têm prioridade na escolha do processo educacional. Portanto, a escola tem de ser instituição com características assemelhadas à família e não à repartição pública.

\* \* \*

### LIVRO DE MEDITAÇÃO

Os textos de livros para meditação constituem bons auxiliares para quem se entrega a este exercício de piedade, tão necessário, mormente aos consagrados a Deus.

Não que sejam absolutamente indispensáveis para que haja meditação, senão que ficam sendo excelente meio.

O uso desses livros varia muito de Congregação para Congregação, de indivíduo para indivíduo.

Por outro lado, convém que nossos religiosos e religiosas disponham de material variado, afim de que suas tendências e necessidades sejam atendidas na medida do possível.

Hoje, é comum deixar a cada um a escolha do assunto. Sempre é possível cada um entregar-se à sua preferência, ainda quando há leitura geral para toda a comunidade, uma vez terminada essa leitura pública que todos ouviram.

No caso da leitura em público, é indispensável que responsável dela, a torne apropriada, sempre levando em conta os ciclos litúrgicos temporal e santoral.

Tendo sido a Diretoria da Conferência solicitada diversas vezes e por diferentes pessoas a publicar uma lista de livros, próprios para assuntos de meditação, vamos pedir que os entendidos na questão se manifestem.

Não sendo suficiente a consulta, de nossa parte, às Editôras e distribuidores católicos, julgamos mais conveniente, apelar especialmente aos Superiores e Superiores Provinciais, Mestres de Noviços e Mestras de Noviças, para nos comunicarem os nomes dos livros de seu uso ou conhecimento, nas respectivas Províncias.

Nossas informações, seria obséquio assentar:

1) **Nome do autor;** 2) **Nome do livro;** 3) **Editôra ou distribuidora.**

As informações sejam enviadas em nome do Irmão João de Deus.

Desde já a Diretoria se manifesta agradecida pela colaboração prestada.

# CONGREGAÇÃO DO ESPIRITO SANTO

2 de outubro de 1959: 250º aniversário da morte de seu fundador.

**Pc. Paulo van de Zandt, C.S.SP.**

Com apenas 30 anos de idade morreu em Paris, no dia 2 de outubro de 1709, um humilde Padre, Cláudio Francisco Poullart des Places, na sede de sua obra, que contava naquele momento 70 seminaristas.

## **Preparação.**

Filho de família nobre, estudante que brilhou na defesa de sua tese numa sessão solene no encerramento dos seus estudos filosóficos, êle era destinado à carreira de advogado e membro do Parlamento. Mas o seu coração e o seu espírito estavam então já abertos para entrever vários graves problemas da vida católica e eclesiástica. Pois na sua cidade natal de Rennes, capital da antiga província francesa da Bretanha, êle e o seu amigo Grignon de Monfort, foram atraídos por um Padre Capelão de hospital para trabalhar nos dias de férias nos hospitais, asilos de pobres e orfanatos, dando tratamento aos doentes e ensino de catecismo aos ignorantes. Também era êste Padre diretor de um seminário para escolares pobres, instituto que se achava a menos de duzentos metros de sua casa paternal.

Após ter obtido, por obediência aos seus pais, o grau de licenciado em direito, êle pôde dar-se à vocação eclesiástica. Tinha então 21 anos de idade. Quis excluir-se das honras de um doutorado e de uma vida sacerdotal, que procura mais os postos elevados ou rendosos do que as almas. Matriculou-se simplesmente como externo do Colégio Luís o Grande dos Padres Jesuitas e para o seu tempo livre achou inicialmente um apostolado entre os Saboianos.

## **Início da Obra.**

Não levou muito tempo para êle reparar como vários de seus co-seminaristas viviam em condições lamentáveis: as suas famílias, sendo naquela época geralmente grandes, não podiam pagar estudos de curso superior. Originavam-se pela maior parte da classe média, os pais ga-

nhando o pão como professores, lojistas, profissionais ou pequenos fazendeiros. Até houve entre eles alguns provindo de famílias da alta sociedade, nas quais a lei da herança reservou quase tudo ao filho mais velho. Estes seminaristas podiam livremente morar e andar onde quisessem, não sem graves perigos para a sua virtude. Trabalhavam num modesto emprêgo e ficavam com escasso tempo livre para assistir a cursos teológicos e para estudar, o que era altamente prejudicial para a saúde e para eficiência dos estudos.

Cláudio êle mesmo vivia de bem modesta mesada da parte de seu pai. Apesar disso começou a ajudar alguns necessitados com as economias daquela mesada. Logo mais passou a comida que recebia no colégio, aos co-seminaristas, contentando-se êle com os sobejos da mesa dos Jesuitas. Benfeitores interessaram-se aos poucos e foi um grande passo adiante, quando o Pe. Ministro dos Jesuitas lhe disse, que podia dispor de tudo quanto sobrasse das refeições dos 600 internos

### Fundação

Sentindo a necessidade de uma séria formação, que se precisava mais do que só ajuda material, êle alugou para os favorecidos uma casa, e entrou ali com doze que seleccionou entre os mais fervorosos. Foi na festa de Pentecostes de 1703. O novo seminário foi consagrado ao "Divino Espírito Santo sob a invocação da Bem-aventurada Virgem concebida sem pecado". Para a admissão de novos candidatos foram determinadas duas condições, além dos requisitos comuns: deviam ser pobres e terem a vontade de consagrar-se aos ministérios mais difíceis e abandonados da vinha do Senhor. Desde o início os maiores seminaristas ajudavam na administração da casa e nos estudos dos mais novos. Após dois anos de funcionamento foram escolhidos dois entre eles para se associarem oficialmente à Obra e, depois de uma prova de mais dois anos, tornaram-se os primeiros membros da Congregação.

### Naturza da Obra.

Desta maneira havia dois aspectos distintos, se bem que inseparáveis na fundação: O Seminário do Espírito Santo e a Congregação do Espírito Santo. Por sua própria naturza e finalidade, a Congregação tinha que permanecer limitada em número, ao menos pelo tempo que seu original escopo ficasse restringido. Era uma associação de professores e diretores, dedicando-se a dar uma formação apostólica a seminaristas. Não tinham votos religiosos, viviam porém em comunidades, prometiam obediência aos superiores e punham tudo o que recebiam no fundo comum.

Por várias razões o fundador não deu a feição de "Congregação religiosa" à sua instituição. O estabelecimento de novas comunidades religiosas era expressamente proibido na França. Além disto, estava agindo uma comissão eclesiástica contra a decadência de antigas ordens religiosas, abolindo todos os mosteiros, onde não havia ao menos 15 membros.

Faltou aqui o número. Assumiu o tipo de tôdas as grandes fundações religiosas do século 17.<sup>o</sup> na França, como dos Oratorianos (1601), Lazaristas (1625), Sulpicianos (1642) e das Missões Estrangeiras (1660), institutos seculares com uma vida religiosa intensa, mas sem votos oficiais.

### Morte prematura

Cláudio Poullart des Places era ainda simples tonsurado, quando começou a sua fundação aos 24 anos de idade. Com esta idade é êle talvez o mais moço fundador de tôda a história eclesiástica. Por uma diuturna prova divina de purificante solidão e aridez espiritual, como também de ansiedade de consciência, não ousou receber a ordenação sacerdotal, antes de 1707, junto aos seus primeiros alunos.

Menos de dois anos depois, Deus quis porém chamá-lo para a sua eterna recompensa. Esgotado pelos cuidados e penosos esforços que lhe impôs sua crescente fundação e, mais ainda debilitado por suas severas e incessantes penitências, o seu corpo não resistiu quando no fim de setembro de 1709 foi acometido por pleurite com complicação de enterite. Aos 2 de outubro sua alma foi plácidamente levada para os "dilecta tabernacula" do Senhor.

### Não caiu no nada.

Quando quase duzentos anos depois foi publicada uma "Vida" deste servo de Deus, livro maciço de 669 pgs., foi dado um desmentido definitivo aos sentimentos humildes, que Cláudio pôs por escrito no seu primeiro retiro espiritual: "Quando não fôr mais, não se terá mais lembrança de mim: cada um pensa nos vivos; mas não se pensa nos mortos, pois que não podem mais nos servir".

A história bastante atormentada da Congregação fêz com que não tenha havido tempo tranquilo para seriamente ocupar-se de uma introdução de sua causa de beatificação. Ao contrário de veneração "Placistas" era alcunha que servia para praguejar os Espiritanos, membros da Congregação, envolvidos na luta contra os Jansenistas. Principalmente quando os Espiritanos começaram a tomar também conta da direção dos seminários de Meaux e Verdun, esta luta era renhida, até provocar perturbação profunda popular em todo o reinado de Lorena e dar origem à instituição de uma comissão parlamentar especial e a processos civis diante dos supremos tribunais do país.

### As missões.

Ganhando amplo prestígio por esta luta, que terminou vitoriosa, a Congregação foi procurada para encarregar-se de seus primeiros territórios de missões: as ilhas de São Pedro e Miquelon (Pequenas Antilhas), Guiana Francesa (América do Sul) e Senegal (África). Quando os primeiros Padres do Espírito Santo saíram para as missões, tinham já saído do SEU seminário de Paris 1600 Padres seculares, aliás igualmente de-

nomina-dos "Espiritanos", muitos dos quais ocuparam altos postos de confiança nos bispados da França, outros tornaram-se missionários na Cochinchina e da China, dos Índios da Nova Escócia na América do Norte. Alguns dêles abriram páginas épicas da história missionária, como entre outros Dom Urbano Levebre, mártir, Dom Francisco Pottier, fundador da missão chinesa de Szechwan o Pe. Pedro Maillard, apóstolo dos Índios Micmac, e o Pe. João Le Loutre, pai dos Acadianos.

### Contratempus.

Sobreveio porém a Revolução francesa, arruinando quase totalmente a Congregação. Só com imensa paciência foi possível recuperar de novo em 1822 a posse de, ao menos a antiga sede em Paris. Dois anos mais tarde Roma aprovou oficialmente as Regras e Constituições, o que levantou a Congregação ao grau de imediata dependência da Santa Sé, e Roma consagrou-lhe esta especialidade dela possuir, ao lado das Constituições em língua vernácula, Regras em Latim, elo notável entre o estatuto das antigas ordens e este das Congregações modernas. No mesmo ano o seminário pôde ser aberto, e apesar das perseguições religiosas do Galicanismo e das reações malévolas provocadas pela oposição de uma parte do episcopado, já havia formado mais 97 Padres, quando a Revolução de 1830 obrigou a fechar de novo o seminário. O prédio do seminário requisitado depois para servir de hospital durante um surto de cólera, foi entregue só em 1835.

### Solução de problemas

Houve-os e grandes. O movimento em prol da libertação dos escravos pôs a Congregação diante da exigência de prepará-los moralmente para este novo estado social. No entanto, um amontoado de dificuldades continuou a debilitar cada vez mais a Congregação: o que podia fazer, ficando-lhe só treze membros? e também não deu certo com o clero secular nestes novos territórios missionários da África. Pela necessidade de pessoal, uma grande parte dêle foi atraído, sem haver passado pelo seminário do Espírito Santo, portanto sem receber formação especial, e os Prefeitos Apostólicos careciam de prerogativas suficientes para dirigi-los nos seus trabalhos e em vida: eram neste tempo ainda simples Padres, até sem título de monsenhores.

Irrompeu finalmente um raio de luz pelas nuvens. Fundou-se neste período uma congregação, especialmente para a raça, dirigida por um homem de extraordinária santidade e capacidade, o Pe. Libermann. O encontro das duas congregações no mesmo sector de trabalho fêz com que resolvessem a fusão: dissolveu-se a nova congregação do Imaculado Coração de Maria, esta entrou na outra, dando-lhe novo sub-título "Sob a proteção do Imaculado Coração de Maria", e a mais nova direção inigualável do Pe. Libermann, que se tornou o seu XIº superior geral. Foi isso em 1848. Os quatro anos de vida que lhe restaram ainda, foram o

bastante para dar não somente um novo início, mas sim ainda um rumo definitivo à vida da Congregação e à organização missionária na África, como também para solucionar as dificuldades nas colônias francesas, merecendo assim o título de "Segundo Fundador".

### Estado hodierno.

Introduziu-se logo a emissão dos votos religiosos para os membros e a direção do seu seminário parisiense tornou-se simples obra anexa, dirigindo este pessoal secular exclusivamente para as dioceses francesas do além-mar. Foi a Congregação do Espírito Santo que ia agora abrir o caminho pioneiro das missões na África, sem aliás desmentir a sua finalidade geral de assumir os ministérios mais difíceis e abandonados da Igreja, na diversidade de suas outras obras.

Atualmente a Congregação está encarregada de 39 territórios missionários na África e em outros, nas terras portuguesas africanas, a maioria do clero não aktoctone é ainda composta de Espíritanos. Formam um bloco de 25 milhões de habitantes, dos quais 17,9% são católicos. Em 11 estados da América do Norte ela tem 46 paróquias para pretos, e no resto da América 6 territórios, dos quais dois no Brasil: as Prelaturas-Nullius do Tefé e do Juruá. Províncias formadas existem na França, Irlanda, Alemanha, Portugal, Estados Unidos, Bélgica, Holanda, Inglaterra, Canadá francês, Polónia e Suíça, e em via de formação no Canadá inglês, na Espanha e duas no Brasil com sede no Rio de Janeiro e em São Paulo. Subiu o total dos seus Padres a mais de 3 000 e dos seus Irmãos leigos a mais de 800.

Fora dos seus trabalhos nas missões os membros da Congregação têm a direção de uma universidade (Pittsburg, EUA), de uma academia militar para pretos, única deste gênero nos Estados Unidos (Rock Castle); do seminário francês de Roma, da Obra dos órgãos de Acteil (França, 12 institutos com 4.000 órfãos), de vários colégios. Entre estes colégios um dos mais influentes é por certo este de Blackrock (Irlanda), que contou entre os seus alunos Dom João Cardinal d'Alton, Primaz da Irlanda; o primeiro ministro Eamon de Valera, emancipador do país; o arcebispo Dom João McQuaid de Dublin; Frank Duff, o santo fundador da Legião de Maria; e o Dr. Rev. Sr. Alfredo O'Rachilly, ordenado sacerdote depois de ter sido Presidente da universidade de Corck. Foi confiada também a direção nacional da Obra Pontifícia la Santa Infância na América do Norte; na Irlanda; na Alemanha e no Brasil, e a direção regional da Propagação da Fé em Paris, Marselha e Bordéus.

Seria verdade, o que disse no início deste século o cardeal Vivès, conhecido por sua devoção ao Divino Espírito Santo, vindo a falar sobre o fundador desta Congregação: "Indo até a fonte da Congregação, deverá necessariamente encontrar-se um Santo"? Ao menos pode a história da Congregação lembrar o ditame evangélico que pelos bons frutos se reconhece a boa árvore.

**Escolha do Confessor Ordinário**

**Consulta:** Em nossa casa religiosa surgiu, recentemente, uma questão que gira em torno do Cân. 526. Trata-se da votação para a escolha do confessor ordinário.

A situação é a seguinte: somos 80 religiosas, das quais 8 têm um confessor especial; outras 6 têm outro confessor especial; e as restantes, (portanto, 60) confessam-se com o confessor ordinário. Pergunta-se:

1) Quando se efetua a votação para a escolha do confessor ordinário da comunidade, as religiosas que têm confessor especial (e com ele querem continuar) **podem** ou **devem** participar de tal eleição?

2) Qual o interêsse dessas religiosas em tomar parte nessa eleição, tendo-se em vista que elas querem e continuarão a ter confessor especial?

3) Como interpretar o cân. 526 que estabelece que, na escolha do confessor ordinário, tôdas as religiosas votam, ainda mesmo aquelas que, em outros assuntos, não têm direito de voto (como, p.ex., as noviças)?

**Resposta:**

Antes de tudo, o cân. 526 contém a proibição de o mesmo sacerdote permanecer confessor ordinário da mesma comunidade por mais de três anos seguidos. Esta norma é, porém, modificada quando se verifica uma das seguintes condições: 1) penúria de sacerdotes aptos para tal ministério e o Ordinário não pode providenciar de outra maneira; 2) se a maioria da comunidade, através de votação secreta, consentir na permanência do confessor.

Verificando-se uma só destas condições pode o Ordinário, sem precisar recorrer à S. Sé, nomear o mesmo sacerdote confessor de uma comunidade de religiosas por dois e até três triênios seguidos. Para tempo maior do que êste será sempre necessário recurso à Santa Sé, exceto quando há privilégio.

Interessa a segunda destas condições a fim de responder às perguntas formuladas.

a) Quem pode e deve participar desse escrutínio? — A resposta está clara no texto do Código. Podem e devem tomar parte nessa votação todas as religiosas que constituem a comunidade, sem exceção de ninguém, nem mesmo daquelas que em outras oportunidades não têm direito de votar. Está claro que não há razão alguma para excluir as que já têm confessor especial. O fato de terem escolhido confessor especial não as priva de um direito que lhes advém do fato de pertencerem à comunidade.

b) Qual o interêsse dessas religiosas em participar dessa votação, se desejam continuar com o confessor especial já escolhido? — Não se trata de saber qual o interêsse em questão. Trata-se do exercício de um direito.

c) Como interpretar o cân. 526 na parte que se refere às noviças? — Também as noviças têm direito a essa votação, desde que, após a profissão, devam permanecer na mesma casa do Noviciado por um período superior a três anos a contar da entrada para o mesmo Noviciado.



*Missa in honra B Mariae V. vulgo "De Fatima".*

Autor: Pe. J. M. Wisniewski SVD  
C. postal 160 Juiz de Fora/Minas.

Novidade musical! Composição ao alcance de coros pequenos. Escrita para 3 vozes iguais, essa missa presta-se a coros de paróquias, (tanto coros masculinos, como femininos), de conventos de seminários, de colégios etc. Poucos anos atrás o Brasil recebia a visita da Imagem Peregrina e do Prata ao Amazonas, do Atlântico aos Andes ressoaram as estrofes do "Hino Nacional da Senhora de Fátima:" A treze de maio na cova da Iria! "O compositor da missa de N. Sra. de Fátima lançou mão de motivos deste hino para a feitura da missa.

Estamos certos de que, em breve, essa nova missa se tornará conhecida e conquistará as preferências de numerosos coros do Brasil e de Portugal.

# RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA CRB - MINAS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1959 - ANO CATEQUÉTICO

Numa visão rápida, daremos as atividades desenvolvidas por nossa secção mineira, nesse primeiro semestre.

A CRB-Minas promoveu vários Cursos. Em janeiro, de 8 a 15 — Curso de Introdução à Teologia e Teologia Fundamental — com 20 cursistas, dentre elas uma Superiora e outra Mestra de Noviças; em julho, de 6 a 14, Teologia Dogmática — Inspiração das Sagradas Escrituras e Teologia da Liturgia. Neste Curso tínhamos, no início, 49 inscrições. Cada dia, porém, iam surgindo novos adeptos, tornando-se insuficiente para conter os Religiosos a sala do Col. Imaculada destinada à realização do Curso. Os dois últimos dias elevando-se o número de assistentes a 80, aproximadamente, o local das aulas passou a ser o auditório do referido Colégio. Entre os Religiosos estiveram presentes um Irmão do Sagrado Coração, Superioras, Mestras de Noviças, Diretoras de Colégios e Seminaristas Barnabitas, provenientes das diversas zonas do Estado.

O Curso de Contabilidade e Administração de Casas foi realizado com muita eficiência, conforme se pode deduzir do relatório anexo. O número de inscrições elevou-se a quarenta (40).

**Departamento de Educação e Ensino** — Este Departamento está em franca atividade, a fim de obter a reforma ideal para o programa do Curso de formação de Professôres. As Escolas Normais do interior também estão a par de todos os nossos trabalhos, prestando-nos sua indispensável colaboração.

**Departamento Catequético** — O movimento dêste Departamento já foi publicado na Revista da CRB de julho próximo passado, portanto nos abstermos de repetir o que já é conhecido.

**Departamento de Enfermagem** — segue o relatório anexo.

**Departamento de Serviço Social** — O Departamento promoveu do dia 2 ao dia 28 de fevereiro próximo passado Curso Intensivo de Nutrição e Dietética cujo relatório se encontra na Revista da CRB de 1.º de julho do corrente.

**Departamento de Viagens** — 205 passagens foram vendidas.

\* Curso de Aperfeiçoamento para Professôres de Metodologia — realizado em janeiro pp., sendo 17 as Religiosas inscritas e algumas ouvintes. Para melhor esclarecimento ver a Revista da CRB de 1.º de julho do corrente.

**Reuniões** — Tivemos dez reuniões, sendo quatro extraordinárias, tôdas muito concorridas, o que evidencia a união reinante em nossa Secção Estadual e atividade dos empreendimentos da CRB-Minas.

<b>Movimento da Secretaria</b> — a) Circulares .....	6.530
b) Expedição e recebimento de cartas:	
Assuntos de procuratórios (subvenções) .....	199
Assuntos diversos .....	233
Registros de professôres .....	12
Registros de Diplomas .....	13

Além disso várias subvenções foram recebidas e vários outros assuntos foram resolvidos como: reconhecimento de Estabelecimentos, Isenção de Impostos, Processos de Naturalização, Modêlos de Procurações e Atestados, trabalhos de "Plentograf" para os Departamentos que não dispõem de aparelhamentos, consultas verbais, chamados interurbânicos, embalagens — (registros e reembolsos).

— \* \* \* —

## RELATÓRIO DOS TRABALHOS DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE DA C.R.B.

de Minas Gerais, no 1.º semestre de 1959.

1. Em março foi realizada uma reunião na Santa Casa de Misericórdia, presidida pelo Revmo. Padre Newton Fagundes, C.SS.R., tendo ficado decidido continuar com o curso de Religião, às 5.ªs feiras, desta vez no Salão Paroquial de São José, por ser mais central.

2. O Curso teve início no dia 9 de abril, com uma inscrição de 27 religiosas representando 10 casas e nove Congregações, e encerrou-se no dia 25 de junho, após um período de 12 aulas. A frequência foi satisfatória, pois apenas 5 tiveram mais de um terço de falhas.

Na mesma ocasião ficou resolvido que as aulas seriam reiniciadas no mesmo horário e local, na primeira 5.ª feira de agosto.

3. Durante o semestre continuaram a chegar até nós pedidos insistentes para organização de curso para práticas de enfermagem, afim de legalizar a situação de numerosas religiosas que já trabalham na enfermagem. Não havendo legislação que dê garantia ao curso prático, não foi possível satisfazer aos pedidos.

4. Tomamos também conhecimento da divulgação sempre crescente da revista "VIDA E SAÚDE", publicada por protestantes vegetarianos (Casa Publicadora Brasileira, Santo André, S.P.). Sob o ponto de vista de publicação popular sobre saúde, higiene, e alimentação só apre-

senta negativamente o ponto de vista vegetariano, e quanto ao mais é excelente. Não haveria possibilidade de se tentar, talvez junto à Associação de Enfermeiras ou Associação Médica, algo para contrabalançar a influência que essa revista está ganhando?

5. Para o segundo semestre planejamos entrosamento com a Associação de Hospitais para um outro curso rápido de Administração Hospitalar, semelhante à semana realizada em outubro do ano passado.

Belo Horizonte, 1.º de julho de 1959.

**Irmã Percília I. Aguiar, S. Sp. S.**

Responsável pelo Departamento

— \* \* \* —

## RELATÓRIO DO CURSO DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO.

Na Escola Técnica de Comércio, situada no Parque Municipal de B. Horizonte, gentilmente cedida pelo DD. Diretor, o Exmo. Sr. Dr. Wilson Chaves, às 13 hs., do dia 6 de julho do corrente, sob o patrocínio da CRB. — Minas, iniciou-se o Curso intensivo de Contabilidade Racionalizada e Administração.

Presidiu à aula inaugural o Revdmo. Sr. Pe. Joaquim Parreira, DD. Presidente da Secção Estadual da CRB. em Minas Gerais, que apresentou aos cursistas os vários professôres das diferentes disciplinas.

O curso funcionou na parte da tarde com seis matérias a cargo de competentes professôres, que, por sua experiência naquelas especializações, souberam dar ao curso um cunho prático com que se atingisse a finalidade visada por seus organizadores.

Compreendeu 37 aulas assim distribuídas: 8 aulas sôbre as leis e normas do ensino, a cargo do Prof. Dr. Mário Mourão. — 8 sôbre contabilidade racionalizada a cargo de uma equipe da "Remington Rand" do Brasil, sob a direção do Prof. Newton de Souza Borges. — 8 sôbre o direito e a lei trabalhista a cargo do Prof. Dr. Paulo Emílio Vilhena. — 8 sôbre as relações humanas na administração e nas empresas a cargo do Prof. Dr. Francelino Pereira dos Santos. — 3 sôbre a doutrina social da Igreja a cargo do Prof. Dr. Frei Bruno, O.F.M., graduado pela Universidade de Lovaina. — 2 aulas práticas sôbre verbas e subvenções federais e estaduais, isenção de impostos a cargo do Revmo. Sr. Pe. Juan Mata Ollé, S. J.

Tôdas elas transcorreram num ambiente de cordialidade e a equipe de professôres fêz jus à cultura dos intelectuais mineiros, pois evidenciaram seu valor, discorrendo com precisão, sôbre os assuntos de que trataram, quer fôsse esplanando as diretrizes do ensino, quer a beleza transcendente da Doutrina Social da Igreja, quer o sentido da verdade jurídica, quer provando a demagogia dos regimes autocráticos ou ilustrando, através da técnica, o valor da contabilidade mecanizada.

O total de alunos assistentes ao curso foi 40, das seguintes proce-

dências; Belo Horizonte, 21; Teófilo Otoni, 3; Lavras, Mariana, Patos de Minas e S. Lourenço, 2; Barbacena, Ouro Preto, Passa Quatro e Rio Claro (Estado de S. Paulo), 1.

Todos nós nos beneficiamos com êste curso que nos elucidou vários problemas que se nos apresentam, na contingência da vida, preparando-nos, outrossim, para solucioná-los dentro de uma terapêutica sã, respeitando as diretrizes da Igreja, a lei jurídica e os valores da pessoa humana.

Deus abençoe esta iniciativa da CRB. — Minas, concedendo-lhe a graça de realizar muitos outros empreendimentos semelhantes.

Agradecemos aos Srs. Professôres todos os seus trabalhos e esforços em benefício da Comunidade Religiosa sujeita a esta Secção Estadual.

Belo Horizonte, julho de 1959

(Trabalho em colaboração: Revdmo. Sr. Pe. Juan Mata Ollé S.J., Revdmo. Pe. Frei André Grings, O.F.M., Ir. Maria Anísia, S.N.S.)

— \* \* \* —

## **RELATÓRIO DO CURSO DE TEOLOGIA DOGMÁTICA, PROMOVIDO PELA CRB. — MINAS.**

Julho de 1959.

Aos 6 de julho, do ano vigente, às 9 hs., numa das salas do Colégio Imaculada, de Belo Horizonte, instalou-se o Curso de TEOLOGIA DOGMÁTICA.

Abriu a aula inaugural, o Revdmo. Sr. Pe. Joaquim Parreira, DD. Presidente da CRB. — Minas, desejando que as aulas transcorressem num ambiente de cordialidade e de aproveitamento.

Em seguida, o Revdmo. Sr. Pe. Marcelo de Carvalho Azevedo, S.J., ocupando a cátedra, recordou a matéria do Curso de TEOLOGIA FUNDAMENTAL que, antes, ministrara às Religiosas.

Estavam inscritos 49 Religiosos para o Curso, número que foi aumentando dia a dia.

Em aulas sucessivas, durante oito dias, apresentou-nos o Revdmo. Sr. Pe. Marcelo Azevedo, S.J., a exposição clara e pedagógicamente feita do tratado "De Inspiratione" e de alguns temas de Teologia da Liturgia.

Do tratado da inspiração das Sagradas Escrituras nos foi dada uma visão bem completa pelo estudo dos seguintes temas:

- Natureza e extensão da Sagrada Escritura.
- Inerrância da Sagrada Escritura.
- Interpretação da Sagrada Escritura.
- Formação e história do Cânon das Sagradas Escrituras. (Anti-

go e Novo Testamento-:

- O problema do critério de inspiração e canonicidade da Sagrada Escritura.
- A Sagrada Escritura e a Igreja.
- A Sagrada Escritura e a vida espiritual.

Na Teologia da Liturgia, o Revdmo. Pe. Marcelo Azevedo, S.J., ofereceu-nos de sua vida litúrgica, verdadeiramente vivida, fazendo-nos aprofundar na realidade do mistério litúrgico e das grandezas que nos oferece em sua plena expressão. Falou-nos sôbre:

- Liturgia — definição e elementos básicos.
- Conteúdo da Liturgia.
- A linguagem e significação histórica, simbólica e teológica da Liturgia do Batismo.
- Projeção da Liturgia na formação interior do cristão.
- Origem histórica do Canon da Missa.

Deu-nos uma bibliografia completa de formação litúrgica.

Apesar da intenção que temos de ser breves, não podemos deixar de fazer uma apreciação sôbre o nosso Curso de Teologia, considerado em conjunto.

Já de início, o Revdmo. Sr. Pe. Marcelo Azevedo, S.J., cativou-nos a tôdas por sua simplicidade, clareza na exposição da matéria, falando com convicção de um mestre, de um veterano que conhece, palmo a palmo, o terreno em que pisa.

A seqüência lógica de sua exposição, sua análise teológica dos problemas da Sagrada Escritura, enfim, a argumentação que não admite réplica, patentearam-nos a sua vasta cultura, e, outrossim, seu espírito de autêntico filho de Sto. Inácio de Loyola. No rápido contato que com êle tivemos, sentimos também a intensidade de sua vida interior.

Oxalá possamos, com a graça de Deus, realizar, no futuro, outro Curso de Teologia semelhante ao que fizemos agora; porquanto, êle não só nos perlustrou a inteligência, mas foi, antes de tudo, um verdadeiro Curso de espiritualidade. Fêz-nos sentir, mais de perto, o que devemos fazer em face da ignorância religiosa tão vastamente estendida em nossa Pátria.

Se nós, membros militantes da Sta. Igreja, não nos batermos pela disseminação da doutrina católica, veremos as doutrinas deletérias insurgirem-se no campo da civilização.

### **ENCERRAMENTO DOS CURSOS DE TEOLOGIA DOGMÁTICA E CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO.**

Dia 14, às 17 hs., na Capela do Palácio Arquiepiscopal, Sua Excia. Revdma. D. João Resende Costa oficiou o Sto. Sacrifício Vespertino por intenção da CRB. — Minas. Estavam presentes o Exmo. e Revdmo. Dom Serafim Leite, DD. Bispo Auxiliar da Arquidiocese de B. Horizonte, Revdmo. Sr. Pe. Joaquim Parreira, Barnabita, Presidente desta

secção estadual, professores de ambos os Cursos e os Religiosos cursistas.

Sua Excia. Revdma., Dom João Resende Costa, ao entrar na Capela deu-nos sua bênção de Pai e Pastor. A Sta. Missa foi dialogada pelos presentes. Logo após todos se dirigiram ao salão nobre do Palácio Cristo Rei, onde Sua Excia. tomou lugar em seu trono, a fim de distribuir os certificados de freqüência aos cursos.

O Revdmo. Sr. Pe. Parreira, como presidente da CRB. — Minas, abriu a solenidade, convidando os professores a tomar assento ao lado de Sua Excia. Revdma. A continuação, fez o agradecimento oficial a cada um dos professores, ao diretor da Escola Técnica Municipal que tão gentilmente nos ofereceu a Escola que dirige, ao Colégio Imaculada Conceição das Filhas de Jesus, onde funcionou o curso de Teologia Dogmática; finalmente, a Sua Excia. Revdma., Dom João Resende Costa, nosso DD. Arcebispo Coadjutor pela solicitude em atender à Conferência dos Religiosos do Brasil, secção de MG., honrando-nos com a distinção de encerrar os cursos no Palácio Arquidiocesano e mais ainda com a de ter Sua Excia. mesmo celebrado a Missa Vespertina.

Aludiu ao lema da CRB.: "CONGREGAVIT NOS IN UNUM CHRISTI AMOR", mostrando a verdade dessa asserção, concretamente realizada.

Terminou pedindo ao Senhor aumento de operários "responsáveis diretos pela vida desta secção mineira da CRB., dando-lhe muito trabalho para a sua glória, triunfo da Igreja e prosperidade da Pátria".

Sua Excia. Revdma., o Sr. Arcebispo Coadjutor, tomou a palavra e, em paternal alocução, mostrou aos presentes a coincidência providencial de um término de curso teológico na festa do doutor da Sta. Igreja S. Boaventura. Deixou transparecer seu consolo com a realização desse curso, prova patente de uma grande realidade; nesta época em que vertiginosamente progride o saber científico, as Religiosas se aprofundam no saber teológico.

Aos que terminaram o curso de Administração, Sua Excia. Revdma. aplicou-lhes, oportunamente, as palavras da "COMMUNIO": "Fidélis servus et prudens" etc. Terminou dizendo que tôdas essas realizações são caridade.

Sua Excia. Revdma. procedeu à distribuição dos certificados de freqüência aos Religiosos cursistas.

Dom Serafím Fernández de Araújo, Bispo Auxiliar da Arquidiocese deu também sua bênção a cada um dos circunstantes.

Num ambiente de caridade fraterna, unidos todos num mesmo Ideal — Cristo, apesar da diversidade de espírito que anima cada Ordem ou Congregação, foi encerrada a semana de estudos promovida pela Conferência dos Religiosos do Brasil, Secção de Minas Gerais.

(Ir. Maria Anísia, S.D.N. em colaboração com a Madre Secretária da CRB. — Minas).

A. M. D. G.